

AFRO



Núcleo de Pesquisa
e Formação em Raça,
Gênero e Justiça Racial



Características socioespaciais da declaração racial do Censo Escolar





Núcleo de Pesquisa
e Formação em Raça,
Gênero e Justiça Racial

Características socioespaciais da declaração racial do Censo Escolar

Características socioespaciais da declaração racial do Censo Escolar

Coordenação Geral

Matheus Gato

Assistência de Coordenação

Huri Paz

Lara Miranda

Pesquisadores

Leonardo Silveira

Valéria Oliveira

Silvia Aguião

Coordenação de Comunicação

Agnes Sofia

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Rizzo Hoewell

André Lacasi

Revisão Textual

Hêmille Perdigão

Monica Rodrigues

Instituição Responsável

Afro-Cebrap

Apoio

Aliança pela Alfabetização

Fundação Lemann

Instituto Natura

Associação Bem Comum

Motriz

SUMÁRIO

Introdução 05

Eixo Quantitativo 08

Eixo Qualitativo 42

Considerações Finais 64

Referências 67

INTRODUÇÃO

No Brasil, a coleta e o uso de dados raciais na educação enfrentam tanto entraves técnicos – como a padronização das categorias de cor/raça e a alta taxa de não declaração no Censo Escolar – quanto questões políticas e culturais, ligadas ao reconhecimento das desigualdades raciais no ambiente escolar. Se, por um lado, pesquisas como as de Senkevics *et al.* (2016) apontam para a importância de harmonizar os instrumentos de coleta do Inep (Censo Escolar, Censo da Educação Superior, Saeb e Enem) a fim de reduzir a subnotificação de cor/raça, por outro lado, investigações de cunho etnográfico, como as de Carvalho (2005), revelam um desafio igualmente complexo: mesmo quando os dados são coletados, as classificações raciais feitas pelas escolas (em especial, por professoras e professores) podem diferir bastante das autodeclarações dos próprios estudantes.

No âmbito dos grandes levantamentos estatísticos, Senkevics *et al.* (2016) chamam atenção para os diferentes formatos de perguntas sobre cor/raça nos questionários do Inep. Enquanto o Censo Escolar e o Censo da Educação Superior utilizam formulários preenchidos pelas instituições – gerando, não raramente, categorias como “não declarado” ou “não dispõe da informação” –, o Enem e o Saeb, ao fazerem uso de autodeclaração direta pelos estudantes, tendem a captar melhor as identidades raciais. Ainda assim, a falta de padronização das opções de resposta e a dificuldade de algumas famílias ou profissionais em lidar com o quesito raça/cor criam um cenário em que o percentual de ausência ou de não declaração permanece significativo. Essa lacuna informacional afeta o planejamento de ações educacionais e o monitoramento de metas, como a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, que demanda, entre outros aspectos, acompanhar desigualdades raciais no acesso e na permanência escolar¹.

Quando olhamos para o interior das escolas, contudo, emerge um outro conjunto de problemas. Carvalho (2005) analisa de perto como professoras do ensino fundamental classificam seus alunos e alunas – por vezes atribuindo-lhes cor/raça diferente daquela que as próprias crianças apontam. Essa discrepância se agrava em turmas onde há problemas de aprendizagem e disciplina, pois, segundo a autora, as educadoras acabam “clareando” estudantes de melhor desempenho e, ao mesmo tempo, classificando mais frequentemente como “ne-

¹ Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao#:~:text=Adicionar%20Limpar%20dados-,Meta%201%20%2D%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil,final%20da%20vig%C3%Aancia%20deste%20PNE. Acesso em 07/02/2025>

gros” (pretos ou pardos) aqueles que apresentam dificuldades escolares. Desse modo, a cor/raça deixa de ser uma categoria meramente fenotípica e se torna um construto relacional, atravessado por percepções sobre gênero, comportamento e status socioeconômico.

Essas constatações reforçam a ideia de que não basta apenas incluir o quesito racial nos grandes levantamentos estatísticos. É igualmente imprescindível investir em ações de sensibilização e formação continuada dos profissionais de educação, para que compreendam a relevância da autodeclaração e sejam capazes de lidar com eventuais ambiguidades ou resistências. Tal como destacam tanto Senkevics *et al.* (2016) e Carvalho (2005), a escola não é um espaço isolado do racismo brasileiro; ao contrário, as avaliações escolares, as interações cotidianas e até a escolha das categorias de cor/raça refletem (e reproduzem) hierarquias e preconceitos. Nesse sentido, introduzir incentivos e orientações padronizadas para o preenchimento das informações raciais pode melhorar a cobertura dos dados no Censo Escolar; porém, sem discussões formativas sobre desigualdades étnico-raciais, corremos o risco de manter classificações imprecisas ou mesmo reforçar vieses na identificação de estudantes pretos e pardos.

Nas próximas seções, examinaremos como esses desafios afetam tanto o planejamento de políticas públicas quanto o dia a dia das escolas brasileiras, partindo dos argumentos de Senkevics *et al.* (2016) acerca da estrutura dos levantamentos do Inep e dos achados de Carvalho (2005) sobre a atribuição de cor/raça no cotidiano escolar. O objetivo é evidenciar a complexidade de obter dados raciais robustos e, ao mesmo tempo, sublinhar que tal empreitada requer um compromisso político e pedagógico mais amplo – abrangendo gestores, educadores, famílias e, sobretudo, os próprios estudantes.

Para enfrentar os desafios descritos, optamos por combinar abordagens quantitativas e qualitativas. De um lado, o levantamento estatístico do Censo Escolar (e de outras bases do Inep) fornece uma visão panorâmica sobre onde e como a não declaração racial se concentra, revelando suas variações entre estados, municípios e redes de ensino. Por outro lado, os estudos de campo e as entrevistas em profundidade mostram a dimensão relacional do problema: como profissionais da educação, famílias e estudantes lidam cotidianamente com a pergunta sobre cor/raça, quais receios e resistências aparecem e de que maneira a dinâmica racial se faz presente nas interações escolares.

Com base nessas duas frentes – dados numéricos e narrativas situadas – buscamos pistas concretas sobre onde e por que o quesito raça/cor permanece sem resposta. O objetivo, então, é tanto aprimorar a eficácia dos instrumentos de coleta (melhorando formulários e sistemas de matrícula) quanto ampliar a compreensão de que a declaração racial não é apenas uma forma-

lidade burocrática, mas um passo fundamental para mapear, reconhecer e, por fim, enfrentar desigualdades. Somente articulando esse quadro amplo (fornecido por dados estatísticos) e as realidades locais (evidenciadas pelas pesquisas qualitativas) será possível propor caminhos para reduzir o índice de não declaração e fortalecer ações de equidade racial na educação. Alinhada com as preocupações em torno da não declaração racial no Censo Escolar, a **Aliança pela Alfabetização, composta por Fundação Lemann, Instituto Natura, Associação Bem Comum e Motriz**, forneceu condições necessárias para que este relatório fosse elaborado. A intenção é trazer insumos para compreender quais são as características principais da falta de informação sobre raça entre estudantes da educação básica no Brasil, especialmente no ensino fundamental. Esperamos que esta pesquisa contribua na acumulação de conhecimento em torno dessa área e possa indicar quais possíveis caminhos para se ter um cenário informacional mais completo, fomentando o desenho e o monitoramento de políticas públicas educacionais mais eficazes com recorte racial.

Eixo Quantitativo

*Análise da Não Declaração Racial no
Censo Escolar em Escolas Municipais
com oferta de Ensino Fundamental*

Um ciclo de políticas públicas baseado em informações verificáveis tende a ter uma dinâmica mais virtuosa. Com elas, tem-se diagnósticos mais detalhados, ações desenhadas com recortes direcionados, capacidade de realizar ajustes no meio do caminho ou de traçar e monitorar metas. Nesse sentido, o sistema educacional brasileiro conta com bases ricas em informações sobre estudantes, docentes, gestoras/es e infraestrutura escolar, sendo a principal delas o Censo Escolar, de responsabilidade do Inep. Todos os anos, escolas e matrículas são registradas, dando um panorama da educação e apontando suas tendências. Sendo o Censo Escolar uma tecnologia construída ao longo de décadas de trabalho, com todas as suas virtudes, o presente trabalho pretende analisar e contribuir para o maior dos “gargalos” da base atualmente, que é a cobertura da informação racial dos estudantes.

Em 2023, um a cada quatro estudantes de escolas que oferecem Ensino Fundamental no Brasil não tinham sua raça identificada. Isso, porém, varia entre regiões, estados, municípios e escolas. Cidades como Campina Grande/PB, Cariacica/ES e Criciúma/SC têm todas as matrículas com essa informação identificada, ao passo que em Ipatinga/MG, por exemplo, 98,6% das matrículas não tinham o dado registrado. Em lugares com alto percentual de não declaração (ND, durante o texto) racial, análises, estimativas e monitoramento de ações com recorte racial tornam-se imprecisas e dificultam o trabalho de gestores e técnicos que pretendem atuar sobre tais realidades no país.

Esta seção se refere à análise preliminar dos dados do Censo Escolar da Educação Básica com vistas a subsidiar a realização de pesquisa qualitativa que ajude na compreensão das heterogeneidades existentes no Brasil em termos de declaração racial. Para isso, o Censo Escolar se torna o objeto de análise e a fonte de dados para essa etapa do trabalho. Serão analisados dados por regiões, estados e municípios brasileiros para escolas que oferecem Ensino Fundamental na rede municipal. O principal ano de análise é 2023, o mais recente até o momento de realização dessa nota, embora dados de 2021 e 2022 também serão mobilizados, buscando compreender as dinâmicas de aumento ou diminuição da ND em cada um desses recortes geográficos.

Desse modo, a seção é dividida em outras cinco partes, além desta apresentação. Na seção seguinte são descritos os ajustes feitos na base do Censo Escolar para ser possível comparar escolas de todo o país. Na parte 3, tem-se uma análise descritiva dos dados sobre ND e a sua variação entre 2021 e 2023, considerando múltiplas escalas de análise. Em seguida, é apresentada a abordagem de análise espacial de Lisa/Moran, que indica regiões de alta e baixa concentração de ND nos municípios brasileiros. Na parte 5, modelos de regressão linear são estimados com o objetivo de compreender quais características estão associados a altos níveis de não declaração nos municípios. Por fim, a última parte resume os achados desenvolvidos durante o trabalho e traz apontamentos sobre a situação da identificação racial nas escolas analisadas no Brasil.

Dados e Metodologia

O Censo Escolar é o objeto de análise e a fonte de dados deste trabalho. Como objeto, serão analisados elementos como, a distribuição espacial das não-declarações raciais por região, estado, e, principalmente, município no Brasil, bem como a sua redução ou crescimento entre 2021 e 2023. Além de fatores geográficos, dimensões administrativas também serão consideradas em momentos oportunos. Nesse sentido, tratar o Censo Escolar como “objeto” é buscar padrões para a não-declaração, tendo em vista a compreensão desse fato e subsidiar ações necessárias para a ampliação de sua cobertura das informações raciais na educação brasileira.

Como fonte de dados, o Censo Escolar fornece uma enorme quantidade de informação sobre estudantes matriculados, características da instituição, infraestrutura disponível, entre outros aspectos, tendo a escola como unidade de análise – portanto, todas as informações se referem e são agregadas por escolas (por exemplo, se são municipais, estaduais, federais ou privadas, ou qual a quantidade de matrículas totais). Para a finalidade proposta, porém, o interesse reside na agregação de matrículas por categoria racial naquela escola: em números absolutos, quantas matrículas são de estudantes pretos, pardos, amarelos, indígenas, brancos ou não declarados (ND).

Em especial, a categoria “não declarada” é o foco da análise. Busca-se identificar padrões para a distribuição da categoria não declarada nas escolas e, fundamentalmente, nos municípios brasileiros. Em alguns deles, não existem estudantes sem identificação racial, enquanto em outros, quase 100% dos estudantes são identificados como ND. Dessa forma, consideram-se duas variáveis para se analisar a não declaração no Censo Escolar. A primeira é o percentual de ND naquele município no ano de 2023, e a segunda, a variação percentual de ND entre 2021 e 2023. Com isso, é possível identificar quais são e onde estão os municípios com maior e menor percentual de ND, e quais são os municípios que melhoraram ou pioraram o seu preenchimento entre 2021 e 2023.

Uma vez que a disponibilidade dos dados é por escola, alguns procedimentos foram adotados para homogeneizar as unidades e evitar que casos muito diferentes fossem comparados. Primeiramente, foram excluídas as escolas em que as matrículas não eram no ensino regular e, em seguida, excluindo escolas em que eram oferecidas apenas vagas no ensino infantil ou apenas no ensino médio. Logo, as unidades correspondem às escolas em que há oferta de ensino fundamental – e elas podem ter também ensino infantil ou ensino médio, mas obrigatoriamente ensino fundamental.

Por último, foram selecionadas apenas escolas municipais, uma vez que essas compreendem um caso bastante específico para o Brasil. Em primeiro lugar, a educação fundamental é universal no país, de modo que, salvo uma pequena

As Variáveis de Análise da Não Declaração no Censo Escolar

Os microdados do Censo Escolar têm o estabelecimento de ensino como o menor nível de agregação. Contudo, considerando o objetivo do trabalho, esses dados foram agregados ao nível de município e foram descritos a partir de seguintes medidas:

Percentual de estudantes com raça não declarada (ND)

Somatório do número de matrículas com dado racial não declarado por etapa de ensino no município (somando todas as escolas da etapa e dependência administrativa correspondentes) / Número total de matrículas no município na mesma etapa de ensino e dependência administrativa) *100.

Variação entre o percentual de estudantes com raça “não declarada” no ano de 2023 e 2021

Percentual de estudantes com raça não declarada em 2023 - Percentual de estudantes com raça não declarada em 2021).

parcela residual, todas as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estão matriculados. Com esse critério, alcança-se praticamente toda essa faixa etária. Outro fator importante é que esse tipo de escola, que oferece ensino fundamental, está presente em 5.562 municípios do país na base de 2023, ou seja, apenas oito municípios não entram na análise, sendo Brasília/DF um deles. Nenhuma das outras categorias, exclusivas para ensino médio ou para educação infantil, das redes estaduais ou federais, cobre tantos municípios quanto as escolas com ensino fundamental da rede municipal.

Dessa forma, foram feitos recortes e ajustes necessários para utilizar o Censo Escolar como fonte de dados neste trabalho. Retomando, a partir das escolas de ensino regular, que oferecem ensino fundamental da rede municipal, será analisada a distribuição do percentual de não declaração racial de acordo com a sua localização geográfica (incluindo a análise de padrões e concentrações de municípios conforme os percentuais de ND). Além disso, essa análise também será realizada para a variação percentual das não declarações entre 2021 e 2023, permitindo a identificação de padrões dos municípios que tiveram aumento ou queda de ND.

Para isso, são realizadas análises descritivas por região, estado e município no Brasil. Em seguida, é aplicada a técnica de Lisa/Moran, que identifica a concentração de municípios com atributos semelhantes – nesse caso, com alto ou baixo percentual de ND. Por último, são estimados modelos de regressão linear que apontam quais são as características dos municípios associadas a maiores ou menores percentuais de não declaração racial dos estudantes de ensino fundamental na rede municipal. Com essa estratégia

metodológica, espera-se apresentar um panorama da situação das informações raciais que o Censo Escolar deixa de coletar anualmente e que poderiam subsidiar políticas voltadas à redução das desigualdades raciais no país. Nesse sentido, utiliza-se o Censo Escolar como fonte de dados para torná-lo também objeto de estudo, possibilitando compreender os contextos e características locais que podem torná-lo ainda mais efetivo para a gestão educacional.

Descrição da Não Declaração Racial nos municípios brasileiros

A primeira parte empírica deste trabalho é uma apresentação da situação de não-declaração racial de estudantes no Censo Escolar de 2023. As descrições são divididas por regiões, estados e municípios, sendo apresentados os percentuais de ND em 2023, a sua distribuição e o percentual de crescimento/redução entre 2021 e 2023. Esse modelo permite com que, em um primeiro momento, seja demonstrado um diagnóstico, e em segundo, as tendências de diferentes recortes geográficos. Além disso, tabelas trazem a situação das capitais, e as cidades com mais de 200 mil habitantes de acordo com a cobertura da informação racial.

A Não-Declaração Racial nas Regiões Brasileiras

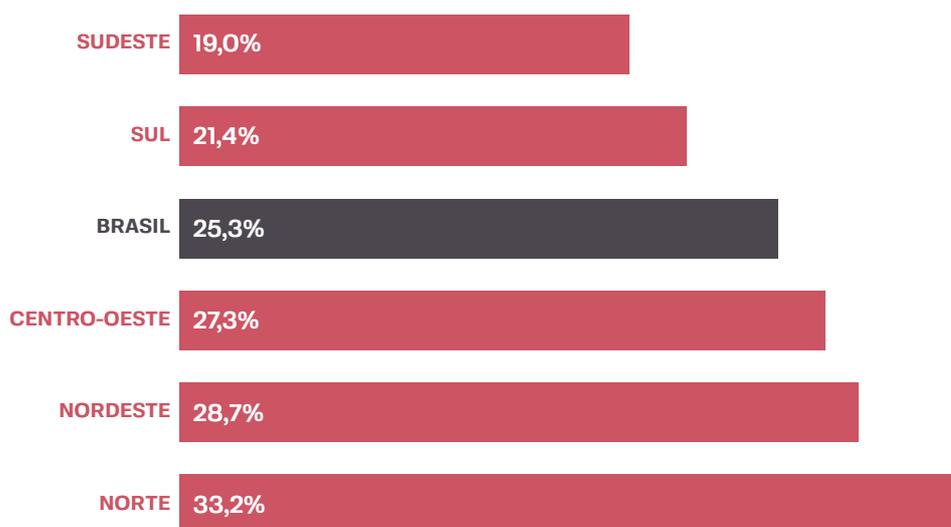
A análise por região caracteriza, em partes, a heterogeneidade da não declaração no Ensino Fundamental Municipal no Brasil. Em primeiro plano, observa-se que Sudeste e Sul se concentram abaixo da média brasileira (25,3%), o que indica mais declarações nas demais categorias nessas regiões, de maneira geral. No Sudeste, apenas 19,0% das matrículas não estão nas cinco categorias disponíveis para a classificação racial, enquanto no Sul esse percentual é de 21,4%. Por outro lado, as outras três regiões, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, têm maiores percentuais de não-declaração, destacando esta última, que tem quase 8% a mais de não declaração do que a média do país - sendo, portanto, 27,3% no Centro-Oeste, 28,7% no Nordeste e 33,2% no Norte.

A Tabela 1, a seguir, traz informações complementares sobre os números absolutos de matrículas/alunos de Ensino Fundamental Municipal declarados em cada uma das categorias raciais nas regiões brasileiras para o ano de 2023, além do percentual de não-declarações nos últimos três anos de análise: 2021, 2022 e 2023. Considerando tais diferenças percentuais, atenta-se para dois aspectos observados na tabela. O primeiro, de que todas as regiões apresentam uma diminuição dos percentuais de não-declaração entre 2021 e 2023, destacando a redução de -4,1% no Nordeste e de -3,6% no Centro-Oeste.

Em segundo lugar, tais quedas não alteram a ordem no ranking de não-declaração entre as regiões, sendo que desde 2021, pelo menos, Norte, Nordeste e Centro-Oeste lideram tal estatística nessa sequência. Já no caso do Sul e do Sudeste, estas apresentam reduções menores, mas suas estatísticas iniciais são melhores.

Sendo assim, a análise das regiões do Brasil sustenta que há heterogeneidades no país em termos de classificação de estudantes do Ensino Fundamental na rede municipal. Porém, a intenção aqui é aproximar a análise de recortes territoriais mais homogêneos, como os estados, e que se sobreponham aos limites da gestão escolar, nesse caso relacionada aos municípios.

Gráfico 1 Distribuição da Não-Declaração Racial no Ensino Fundamental Municipal por Região - Brasil, 2023



Fonte: Censo Escolar, 2023.

Tabela 1 Distribuição das Categorias Raciais e de Não-Declaração Racial no Ensino Fundamental Municipal por Região, e o Crescimento da Não Declaração - Brasil, 2021, 2022 e 2023.

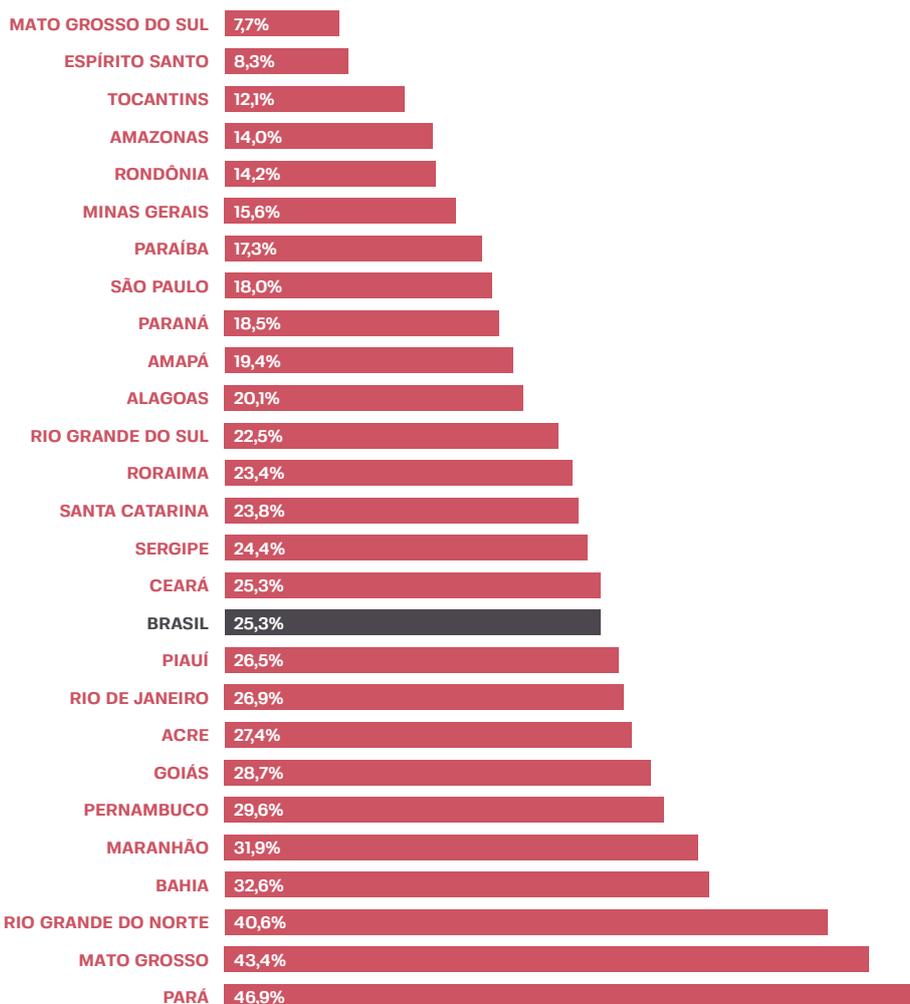
Região	Declaração Racial no Estado - Absoluto (em 2023)						Crescimento da ND (2021-2023)			
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada	% ND 2021	% ND 2022	% ND 2023	Crescimento da ND
N	170.643	42.603	1.198.355	4.723	101.185	753.864	34,6	35,4	33,2	-1,4
NE	784.174	287.282	3.925.190	22.882	33.526	2.036.210	32,9	32,4	28,7	-4,1
SE	2.243.897	296.074	2.044.259	14.644	6.678	1.079.005	19,8	19,9	19,0	-0,8
S	1.333.042	56.344	299.342	5.481	3.595	462.229	23,0	22,9	21,4	-1,6
CO	260.386	28.904	519.565	3.677	30.393	316.531	30,9	30,6	27,3	-3,6

Fonte: Censo Escolar, 2021, 2022 e 2023.

A Não-Declaração nos Estados

A análise dos estados brasileiros, por sua vez, apresenta o quanto cada uma das regiões é heterogênea internamente. No Gráfico 2, considerando as 26 Unidades da Federação¹, tem-se o Mato Grosso do Sul no extremo com menor percentual de Não Declaração, com apenas 7,7% de matrículas não identificadas racialmente. No outro, está o Pará, com 46,9% de casos não declarados, quase o dobro da média nacional, que é de 25,3%. Nesse sentido, podemos observar que, embora haja regiões com mais ND, isso não é constante entre os estados como, por exemplo, o Mato Grosso do Sul, que possui o menor percentual, ao mesmo tempo em que o seu vizinho Mato Grosso figura em segundo lugar com maior percentual de ND, 43,4%, abaixo apenas do Pará. O mesmo ocorre para o Tocantins e o Amazonas que, ainda que estejam no Norte, apresentam 12,1% e 14,0% de não declarações.

Gráfico 2 Distribuição da Não-Declaração Racial no Ensino Fundamental Municipal por Estado - Brasil, 2023



Fonte: Censo Escolar, 2023.

¹ O Distrito Federal não aparece nessa análise pois ela não possui Ensino Fundamental Municipal.

Na Tabela 2, tem-se a trajetória de não declarações de cada um dos estados brasileiros entre 2021 e 2023. Com exceção do Mato Grosso do Sul, que teve variação positiva, de 0,2%, todos os estados apresentaram variação negativa no intervalo. As maiores quedas ocorreram nas unidades de Mato Grosso (-11,1%), Alagoas e Amapá (-8,8% em cada) e Roraima (-8,1%).

Tabela 2 Distribuição da Não-Declaração Racial no Ensino Fundamental Municipal por Estados – Brasil, 2021, 2022 e 2023.

Unidade da Federação	Variação Percentual da ND - de 2021 a 2023			Crescimento da ND (2021-2023)
	% ND 2021	% ND 2022	% ND 2023	
Mato Grosso do Sul	75	7,8	7,7	0,2
Rio de Janeiro	27	28,1	26,9	-0,1
Pará	47,1	48,9	46,9	-0,2
Piauí	27	28,1	26,5	-0,5
Minas Gerais	16,1	16,3	15,6	-0,5
Acre	28	27,4	27,4	-0,6
Amazonas	14,7	15	14	-0,6
Paraná	19,2	19,5	18,5	-0,7
Ceará	26,1	26,7	25,3	-0,8
Rio Grande do Norte	41,5	43,2	40,6	-0,9
São Paulo	18,8	18,6	18	-0,9
Santa Catarina	25,3	26,7	23,8	-1,4
Goiás	31,2	31,9	28,7	-2,5
Rio Grande do Sul	25,1	23,6	22,5	-2,6
Tocantins	15,2	15	12,1	-3,1
Espírito Santo	11,5	11,3	8,3	-3,2
Pernambuco	33,1	31,9	29,6	-3,4
Sergipe	28	28,3	24,4	-3,6
Paraíba	21,3	20,4	17,3	-4
Maranhão	37,1	33	31,9	-5,2
Bahia	38,7	38,8	32,6	-6,1
Rondônia	20,8	20,3	14,2	-6,6
Roraima	31,5	27,8	23,4	-8,1
Amapá	28,1	24,2	19,4	-8,8
Alagoas	29	30,7	20,1	-8,8
Mato Grosso	54,5	50,6	43,4	-11,1

Obs.: A tabela foi ordenada de acordo com a coluna sombreada.

Fonte: Censo Escolar, 2021, 2022 e 2023.

Ressalta-se, ainda, que há diferentes tipos de queda de ND entre os estados. Por exemplo, o estado do Mato Grosso, apresenta uma redução de -11,1%, mas continua sendo o segundo estado com maior proporção de ND entre suas matrículas, já que em 2021 esse percentual era de 54,5%, chegando a 43,4% em 2023. Outro caso interessante de se notar é o Espírito Santo, que possuía um percentual de 11,5% em 2021 e em 2023 chega a 8,3%. Ou seja, mesmo com um percentual já baixo, foi realizado um avanço significativo no preenchimento da informação racial.

A análise da ND e da variação da ND por estado têm o potencial de indicar tendências regionais que indiquem o compartilhamento de características demográficas, de capacidade administrativa e políticas de cada um deles. Como se pode observar, há diferenças internas às regiões e cada estado tem uma trajetória recente no que concerne ao preenchimento da variável racial. Porém, para a compreensão da rede municipal de Ensino Fundamental, os municípios têm autonomia na gestão das suas informações, e analisá-los pode, ainda, revelar mais aspectos da heterogeneidade da não declaração racial no Brasil.

A Não Declaração na Escala Municipal

Esta seção encerra a análise descritiva dos dados sobre não declaração racial no Censo Escolar para o Ensino Fundamental Municipal. Desse modo, é apresentada a distribuição geográfica dos municípios de acordo com o seu percentual de ND e, em seguida, a situação nas capitais e nos grandes municípios brasileiros (com mais de 200 mil habitantes). Análises robustas de distribuição espacial ainda serão apresentadas na seção seguinte.

A legenda do Mapa 1 é dividida em cinco categorias, sendo que em Q1 estão 20% dos municípios com menores percentuais de ND, enquanto em Q5 estão aqueles com os maiores percentuais. Como exemplo, pode-se observar o contraste existente entre a concentração de municípios do Q1 no Mato Grosso do Sul e a concentração de municípios no Q5 no Mato Grosso. Ou seja, com raras exceções, o Mato Grosso do Sul é conformado por uma maioria de municípios com baixo percentual de ND no ensino fundamental municipal, enquanto o oposto ocorre no Mato Grosso.

Embora a análise espacial de Moran, que será apresentada na seção seguinte, tenha parâmetros estatísticos mais robustos, o Mapa 1 permite observar a distribuição dos municípios de acordo com sua característica em termos de ND. Como um dos destaques, observa-se os estados do Pará e Mato Grosso como um vetor de concentração de municípios com alto percentual de ND².

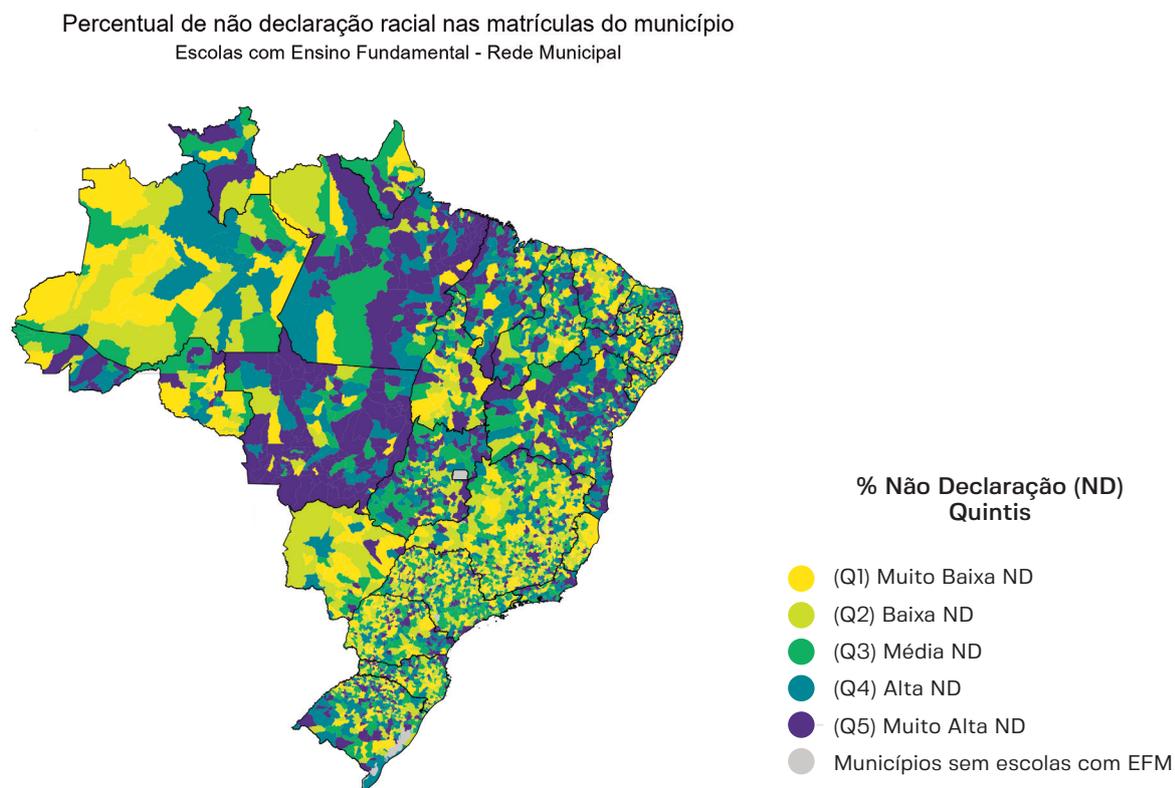
² As regiões do Brasil possuem municípios com tamanhos muito diferentes, o que pode distorcer a interpretação dos mapas. No caso do Pará, por exemplo, há municípios com territórios muito extensos, que acabam se destacando visualmente. Porém, as análises mais minuciosas ao longo do relatório irão sustentar a presente análise.

Outra concentração próxima é observada em municípios do Maranhão na divisa com o Pará.

Ainda em termos de concentração de municípios com alta ND, destaca-se a região central do estado da Bahia -- no agregado estadual, a Bahia apresentou 38% de ND em 2023, acima da média nacional de 25,3%. Como último destaque, municípios na porção sul e oeste do Rio Grande do Sul também têm alto percentual de ND.

Por outro lado, o Mapa 1 também revela concentração de municípios com baixo percentual de ND. São os casos do oeste do Amazonas, todo o Espírito Santo e algumas regiões de Ceará, Minas Gerais e São Paulo. Contudo, deve-se ressaltar que se trata de regiões desses estados ou em suas fronteiras, revelando dinâmicas que vão além dos limites administrativos. Apesar dessa análise espacial inicial, resalta-se que será realizado um teste estatístico na seção seguinte que utiliza critérios mais rígidos para definir quais são as regiões com concentrações homogêneas e quais municípios rompem com a lógica local.

Mapa 1 Distribuição Espacial da Não Declaração Racial por Municípios - Brasil, 2023.



Fonte: Censo Escolar, 2023.

Para ilustrar as capitais e os municípios com mais de 200 mil habitantes, as próximas três tabelas discorrem sobre o percentual de ND em 2021, 2022 e 2023, e sua diferença nesse intervalo. Para isso, são apresentados os dados para todas as capitais - lembrando que Brasília não possui rede municipal de Ensino -, as 20 cidades com mais de 200 mil habitantes com menos ND em 2023, e as 20 cidades com mais de 200 habitantes com mais ND em 2023.

Tabela 3 Percentual de Não Declaração Racial no Ensino Fundamental Municipal por Capitais Estaduais - Brasil, 2021, 2022 e 2023.

Capitais					
Município	UF	% de ND 2021	% de ND 2022	% de ND 2023	Crescimento da ND (2021-2023)
Campo Grande	MS	1,3	1,4	0,1	-1,2
Palmas	TO	2,0	2,6	1,5	-0,5
Recife	PE	5,3	3,1	2,3	-3,0
Vitória	ES	2,8	2,5	2,4	-0,5
Belo Horizonte	MG	2,9	4,2	3,2	0,3
Goiânia	GO	16,7	16,4	9,0	-7,7
Porto Alegre	RS	7,3	7,9	9,0	1,7
Salvador	BA	11,2	11,1	9,7	-1,5
Porto Velho	RO	13,4	11,7	10,2	-3,2
Macapá	AP	14,2	15,0	12,2	-1,9
São Paulo	SP	17,5	15,3	14,4	-3,1
Manaus	AM	13,0	13,3	14,4	1,4
Curitiba	PR	14,8	15,0	15,6	0,8
Florianópolis	SC	17,1	16,6	15,7	-1,4
Rio de Janeiro	RJ	14,9	17,2	18,8	3,9
Teresina	PI	19,7	21,1	20,8	1,1
Boa Vista	RR	30,8	26,7	21,0	-9,8
Maceió	AL	64,1	65,9	22,6	-41,5
João Pessoa	PB	25,9	27,1	24,9	-1,0
São Luís	MA	44,2	4,5	26,6	-17,7
Rio Branco	AC	29,0	28,5	28,4	-0,7
Aracaju	SE	39,5	40,2	35,8	-3,7
Fortaleza	CE	44,2	46,2	46,5	2,3
Cuiabá	MT	51,3	53,2	51,6	0,4
Belém	PA	53,2	54,6	53,0	-0,1
Natal	RN	55,5	53,9	61,1	5,7

Obs.: A tabela foi ordenada de acordo com a coluna sombreada.
Fonte: Censo Escolar, 2021, 2022 e 2023.

Na Tabela 3, tem-se a lista das capitais ordenada pelo percentual de ND em 2023 de maneira crescente. Demonstra-se, de partida, o baixo percentual de Não Declaração em Campo Grande/MS. Nessa capital, apenas 0,1% das matrículas não são identificadas racialmente, além de ressaltar a queda nos últimos três anos, passando de 1,3% para 0,1%. Em seguida estão as capitais Palmas/TO (1,5%), Recife/PE (2,3%) e Vitória/ES (2,4%). Embora não haja nexo óbvio entre essas informações, Campo Grande, Palmas e Vitória são as capitais dos estados com menores percentuais de ND. A única exceção é Recife, que embora tenha apenas 2,3% de ND, seu estado, Pernambuco, tem 29,6% de matrículas sem identificação racial

Por outro lado, as capitais com maior percentual de ND são Aracaju/SE (35,8%), Fortaleza/CE (46,5%), Cuiabá/MT (51,6%), Belém/PA (53,0%) e Natal/RN (61,1%). Dentre estas, apenas Aracaju apresentou uma redução significativa de -3,7% entre 2021 e 2023. As demais, ou permaneceram com percentual semelhante, ou aumentaram, como é o caso de Fortaleza (+2,3%) e Natal (+5,7%). Para além das capitais com menos e mais percentual de ND, chama atenção a variação positiva em três entre 2021 e 2023 de três capitais. No Rio de Janeiro, a ND se tornou 3,9% maior no intervalo, enquanto em Porto Alegre ela cresceu em 1,7% e Manaus, com 1,4%.

Já na Tabela 4, estão os municípios com mais de 200 habitantes e menores percentuais de ND em 2023. O percentual mais alto de ND entre essas é de 7,7% em Mossoró/RN. Entre os mais baixos, sobressaem-se as cidades de Cariacica/ES, Campina Grande/PB e Criciúma/SC, todas com 0,0% de ND, além de Novo Hamburgo/RS e Várzea Grande/MT, com 0,1% de matrículas com a raça não declarada. Outro ponto interessante de se destacar na Tabela 4 é a trajetória daqueles municípios que tiveram maiores reduções de ND. Entre elas, destacam-se Canoas/RS (-53,0%), Diadema/SP (-35,8%) e Petrópolis/RJ (-14,8%) – além da já citada Várzea Grande/MT, que além de reduzir a ND em -62,7%, chegou em 0,1% no total em 2023.

Na Tabela 4, todos os municípios apresentam percentuais considerados exemplares para o contexto de declaração racial brasileiro – pelo menos em termos de cobertura do preenchimento. Porém, vale pontuar que São José dos Campos/SP, Caruaru/PE, São Leopoldo/RS, Uberlândia/MG, Maringá/PR, Dourados/MS e Mossoró/RN tiveram aumento proporcional de não declarações entre 2021 e 2023, sendo um ponto de atenção para as administrações locais.

Tabela 4 Lista com 20 Municípios com Menor Percentual de Não Declaração Racial no Ensino Fundamental Municipal - Brasil (Municípios com Mais de 200 mil habitantes), 2021, 2022 e 2023.

Municípios Não-Capitais com mais de 200 mil					
Município	UF	% ND 2021	% ND 2022	% ND 2023	Crescimento da ND (2021-2023)
Cariacica	ES	10,4	11,1	0,0	-10,4
Campina Grande	PB	0,0	0,1	0,0	0,0
Criciúma	SC	0,9	1,3	0,0	-0,9
Novo Hamburgo	RS	8,0	4,1	0,1	-8,0
Várzea Grande	MT	62,8	21,3	0,1	-62,7
Caucaia	CE	11,0	1,3	1,7	-9,3
Betim	MG	5,0	3,9	2,5	-2,6
São José dos Campos	SP	1,8	2,4	3,2	1,4
Caruaru	PE	1,5	4,0	4,1	2,6
Marília	SP	4,6	4,5	4,6	0,0
Luziânia	GO	15,7	10,1	4,6	-11,1
São Leopoldo	RS	3,2	4,1	5,2	2,0
Uberlândia	MG	5,6	5,8	5,9	0,3
Canoas	RS	59,0	1,2	6,0	-53,0
Juiz de Fora	MG	8,2	8,0	6,3	-1,9
Petrópolis	RJ	21,2	22,7	6,3	-14,8
Maringá	PR	5,3	5,6	6,6	1,3
Dourados	MS	6,7	6,6	7,0	0,3
Diadema	SP	43,0	41,3	7,3	-35,8
Mossoró	RN	7,3	7,4	7,7	0,5

Obs.: A tabela foi ordenada de acordo com a coluna sombreada.
Fonte: Censo Escolar, 2021, 2022 e 2023.

Já a Tabela 5 traz municípios com mais de 200 mil habitantes e os maiores percentuais de não declaração racial no Censo Escolar 2023 para escolas municipais com Ensino Fundamental. No topo da tabela, Ipatinga/MG, que tinha 93,2% de ND em 2021, 99,6% em 2022 e 98,6% em 2023, ou seja, alta em todos os anos observados. Em seguida, Campos dos Goytacazes/RJ tem 86,1% de matrículas sem declaração racial, em que mesmo a variação de -2,8% a manteve próximo a Ipatinga.

Nessa tabela, dos 20 municípios com maiores percentuais de ND em 2023, alguns apresentaram variação positiva entre 2021 e 2023, ou seja, tiveram aumento no percentual. Dentre estas, tem-se Viamão/RS com 34,1% de au-

Tabela 5 Lista com 20 Municípios com Maior Percentual de Não Declaração Racial no Ensino Fundamental Municipal - Brasil (Municípios com Mais de 200 mil habitantes), 2021, 2022 e 2023.

Municípios Não-Capitais com mais de 200 mil					
Município	UF	% de ND 2021	% de ND 2022	% de ND 2023	Crescimento da ND (2021-2023)
Ipatinga	MG	93,2	99,6	98,6	5,3
Campos dos Goytacazes	RJ	88,9	88,6	86,1	-2,8
Feira de Santana	BA	72,1	71,7	70,7	-1,4
Jacareí	SP	66,0	68,1	70,1	4,1
Rondonópolis	MT	79,4	75,1	61,1	-18,3
Paulista	PE	61,4	61,4	60,1	-1,3
Carapicuíba	SP	53,4	57,2	59,6	6,2
Parnamirim	RN	55,6	57,0	57,8	2,1
Viamão	RS	22,7	27,5	56,8	34,1
Parauapebas	PA	59,5	59,2	55,8	-3,7
Joinville	SC	50,1	52,9	54,6	4,5
Ananindeua	PA	60,9	56,3	53,9	-7,0
São Vicente	SP	42,8	47,1	52,8	10,0
Hortolândia	SP	53,7	52,4	52,6	-1,1
São Gonçalo	RJ	51,8	53,1	52,3	0,5
Jaboatão dos Guararapes	PE	52,2	52,0	49,9	-2,3
Embu das Artes	SP	42,8	46,2	49,1	6,3
Palhoça	SC	52,3	47,8	45,5	-6,8
Juazeiro do Norte	CE	57,8	50,2	43,7	-14,2
Ribeirão das Neves	MG	24,8	25,3	42,6	17,9

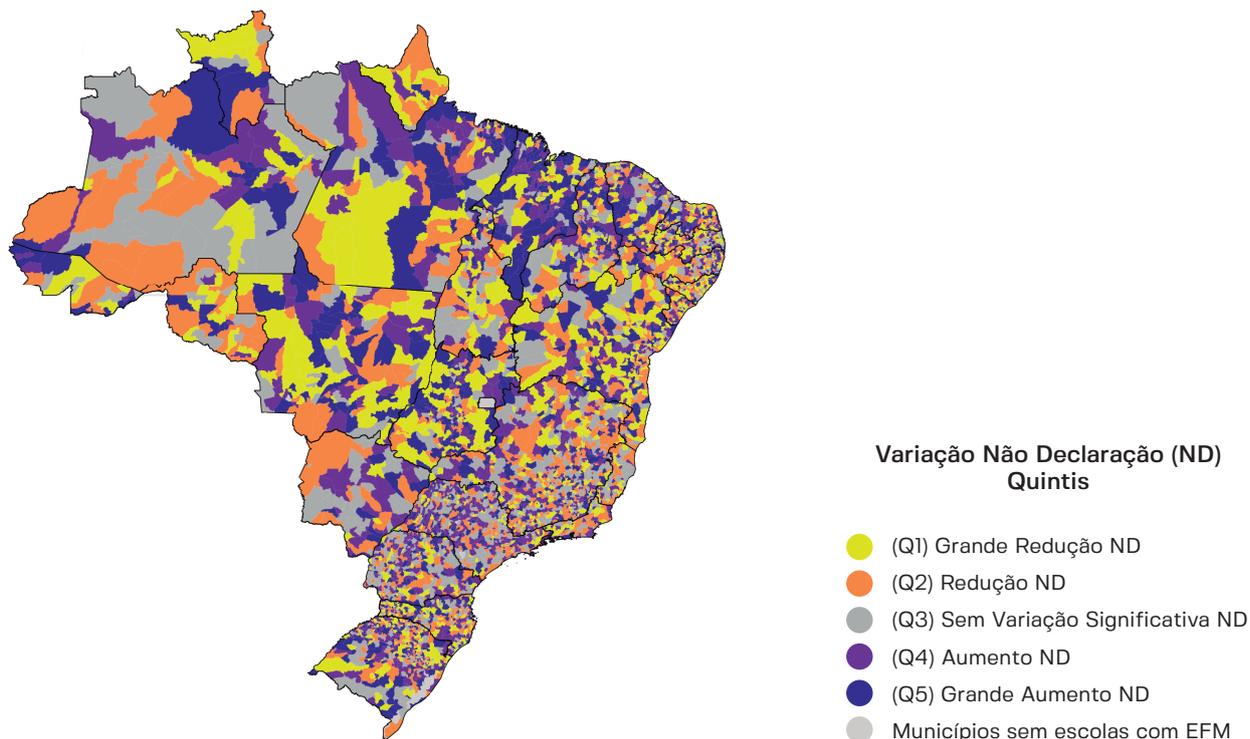
Obs.: A tabela foi ordenada de acordo com a coluna sombreada.
Fonte: Censo Escolar, 2021, 2022 e 2023.

mento, Ribeirão das Neves/MG com 17,9% e São Vicente/SP com 10,0% a mais de ND em 2023.

De maneira geral, os municípios brasileiros apresentam uma leve tendência de queda entre 2021 e 2023. Na média, os municípios reduziram a não declaração em -1,9% no intervalo, mas isso varia, tendo municípios com aumento de 93,5%, bem com redução de -93,5%. Entre todos os municípios, 2.841 apresentaram alguma redução no período, ao passo que dezoito se mantiveram com o mesmo percentual de 2021, e 2.697 aumentaram seus percentuais de ND. Ou seja, na prática, 51,1% dos municípios tiveram redução, e 48,5% aumentaram sua não declaração. O Mapa 2 traz a distribuição geográfica desses municípios.

Mapa 2 Distribuição Espacial do Crescimento/Redução da Não Declaração Racial entre 2021 e 2023 por Municípios - Brasil, 2023.

Varição da não declaração racial nas matrículas do município
Escolas com Ensino fundamental - Rede Municipal



Fonte: Censo Escolar, 2021 e 2023.

O Mapa 2, com a distribuição dos níveis de redução, identifica se o município teve redução, não teve variação significativa, ou aumentou a não declaração no Censo Escolar de 2021 a 2023. Sem um teste estatístico mais robusto, observa-se categorias dispersas no território brasileiro. Em algumas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste parecem indicar concentrações de reduções – em amarelo e laranja –, mas é necessário apontar que o tamanho dos municípios pode distorcer a análise.

Para finalizar a análise descritiva dos municípios, a Tabela 6 cruza duas informações sobre os municípios. Nas colunas estão as informações sobre o quanto a ND cresceu, diminuiu ou não variou entre 2021 e 2023. Nas linhas, a situação do município em 2023. Isso permite com que seja possível classificar os municípios de acordo com a legenda abaixo da Tabela 6, como positiva, intermediária e negativa. Como positiva, estão aquelas que têm baixo percentual de ND em 2023 e ainda conseguiram reduzir seus percentuais no intervalo analisado. Dentro das situações intermediárias se encontram

aqueles com baixo ND e sem variação, ou percentuais intermediários de ND em 2023 com redução. Por último, como situação negativa estão municípios com aumento de ND, ou alto percentual de ND e sem variação significativa entre 2021 e 2023. Tal categorização conduz à classificação de 1.020 municípios em cenário favorável (em verde), 1.909 intermediários (em amarelo) e 2.627 em situação desfavorável (em vermelho).

Nesse sentido, a presente seção circunscreveu as análises dentro dos limites municipais. No primeiro momento, apresentou-se a distribuição espacial dos municípios brasileiros, evidenciando que há padrões espaciais observáveis por meio de estatísticas descritivas. Embora a análise das não declarações vá utilizar técnicas mais robustas na próxima seção, chama-se atenção para as regiões do Mato Grosso, Pará e sua divisa com o Maranhão, o centro da Bahia e o sul e o oeste do Rio Grande do Sul como espaços de prevalência de alta não declaração. Por outro lado, regiões do Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul demonstram concentrações no sentido oposto.

Tabela 6 Percentual de Não Declaração racial em 2023 segundo a variação da Não Declaração Racial entre 2021 e 2023 - Brasil, 2021 - 2023

Situação do Município em Percentual de ND em 2023	Situação do Município em Crescimento/ Redução da ND entre 2021 e 2023									
	(Q1) Grande Redução ND		(Q2) Redução ND		(Q3) Sem Variação Significativa*		(Q4) Aumento ND		(Q5) Grande Aumento ND	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
(Q1) Muito Baixa ND	330	29,7	274	24,7	371	33,4	135	12,2	0	0,0
(Q2) Baixa ND	163	14,7	253	22,8	336	30,2	326	29,4	33	3,0
(Q3) Média ND	191	17,2	275	24,8	186	16,7	276	24,9	185	16,6
(Q4) Alta ND	266	23,9	148	13,3	117	10,5	194	17,5	387	34,8
(Q5) Muito Alta ND	161	14,5	161	14,5	102	9,2	179	16,1	507	45,6
Total	1111	100,0	1111	100,0	1112	100,0	1110	100,0	1112	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados Censo Escolar 2021 e 2023.

*Nesse quintil, a diferença de 2023 para 2021 varia entre -1,06% até 0,71%, por isso chamado de “sem variação significativa”.

Legenda:

	Situação Positiva Baixa/Muito Baixa Não Declaração e Redução/Grande Redução ND
	Situação Positiva Média/Alta Não Declaração e Redução/Grande Redução Baixa/Muito Baixa Não Declaração e sem variação
	Situação desfavorável Aumento da Não Declaração Média/Alta Não Declaração e sem variação

Nesse sentido, a presente seção circunscreveu as análises dentro dos limites municipais. No primeiro momento, apresentou-se a distribuição espacial dos municípios brasileiros, evidenciando que há padrões espaciais observáveis por meio de estatísticas descritivas. Embora a análise das não declarações vá utilizar técnicas mais robustas na próxima seção, chama-se atenção para as regiões do Mato Grosso, Pará e sua divisa com o Maranhão, o centro da Bahia e o sul e o oeste do Rio Grande do Sul como espaços de prevalência de alta não declaração. Por outro lado, regiões do Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul demonstram concentrações no sentido oposto.

Por sua vez, as tabelas de capitais e de municípios com mais de 200 mil habitantes permite análises mais focadas em torno dos três anos de análises em cada um deles – 2021, 2022 e 2023. Ela permite que se compreenda as diferenças de níveis entre estas cidades, que vão, por exemplo, desde Cariacica/ES com 0,0% de ND até Ipatinga/MG com 98,6%. Para além disso, observa-se as variações, em que se pode compreender se aqueles entes apresentam uma tendência de aumento ou de queda na não declaração, chamando atenção para ações bem-sucedidas ou para buscar motivos para tal perda de informação.

Investigando o efeito transbordamento da não declaração racial no Censo Escolar

“Todas as coisas são parecidas, mas, coisas mais próximas se parecem mais que coisas distantes” (Tobler, 1979 *apud* Câmara, 2004). Essa é a prerrogativa das análises de dependência ou autocorrelação espacial. A dependência espacial é crucial em análises envolvendo unidades como municípios ou setores censitários, pois afeta a estimativa de erros de mensuração. Em casos de autocorrelação espacial, os erros de uma unidade de área (como um município) dependem não apenas de suas próprias informações, mas também dos dados de seus vizinhos, sejam áreas contíguas ou pontos a uma distância definida (Anselin, 1988).

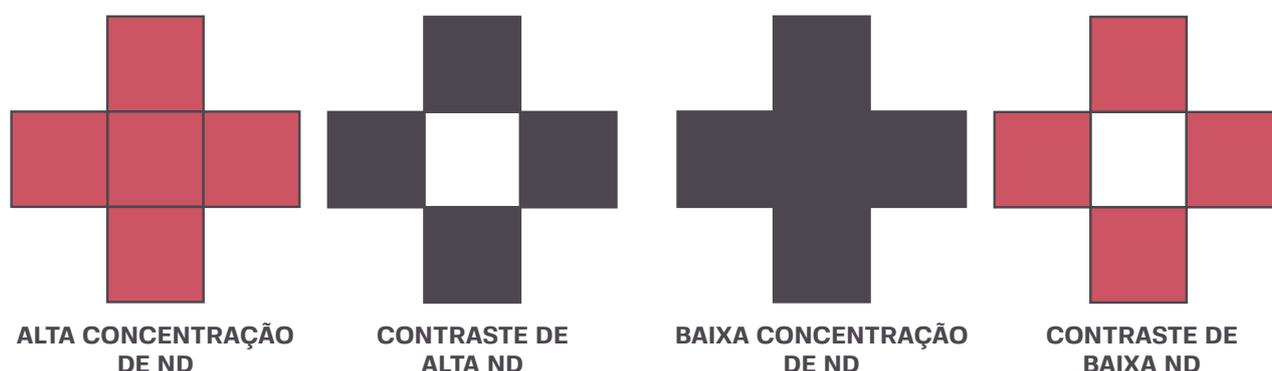
Para testar a autocorrelação espacial, é necessário construir uma matriz de contiguidade, proximidade ou vizinhança, que pondera os resultados de cada unidade em relação aos seus vizinhos. Nos mapas municipais do Brasil, essa matriz identifica vizinhos (1) ou não (0) com base em critérios definidos. Neste trabalho optou-se pelo critério Queen, que considera vizinhos que compartilham vértices e bordas, devido às fronteiras irregulares dos municípios.

Com a matriz de vizinhança estabelecida, o passo seguinte foi elaborar o indicador de autocorrelação espacial. Entre as diversas métricas disponíveis, o Moran *I* destaca-se como uma das mais utilizadas, pois mede essa relação com base nos dados do vizinho mais próximo e nos elementos da matriz de proximidade da região (Anselin, 1998; Câmara, 2004).

O teste de significância estatística do Moran I tem como hipótese nula a independência espacial, ou seja, o valor do índice seria nulo. Valores positivos indicam associação direta com os vizinhos e negativos, associação inversa³. O indicador de Moran I , usado como índice global, assume uma distribuição uniforme para os dados. No entanto, em grandes territórios, como os municípios do Brasil, é mais adequado considerar variações no padrão de dependência espacial. Por isso, utilizamos o índice de Moran Local, que considera como valor do atributo a média ponderada pelos valores dos vizinhos.

Também conhecido como LISA, sigla para a expressão em inglês *Local Indicator of Spatial Association*, o índice de Moran Local indica se há autocorrelação espacial em nível local. Segundo Luc Anselin (1998), seu criador, este índice: (i) indica se há significância de aglomeração espacial para uma observação em meio a outras observações; (ii) e como ele é uma decomposição, a soma dos índices para cada área, é igual ao índice global total (Anselin, 1998). Nesse caso, é atribuída uma classificação para cada município de acordo com o valor observado e o valor esperado com relação aos seus vizinhos.

Diagrama 1 Representação gráfica do tipos de agrupamentos identificados pelo indicador de dependência espacial (Moran Local I)



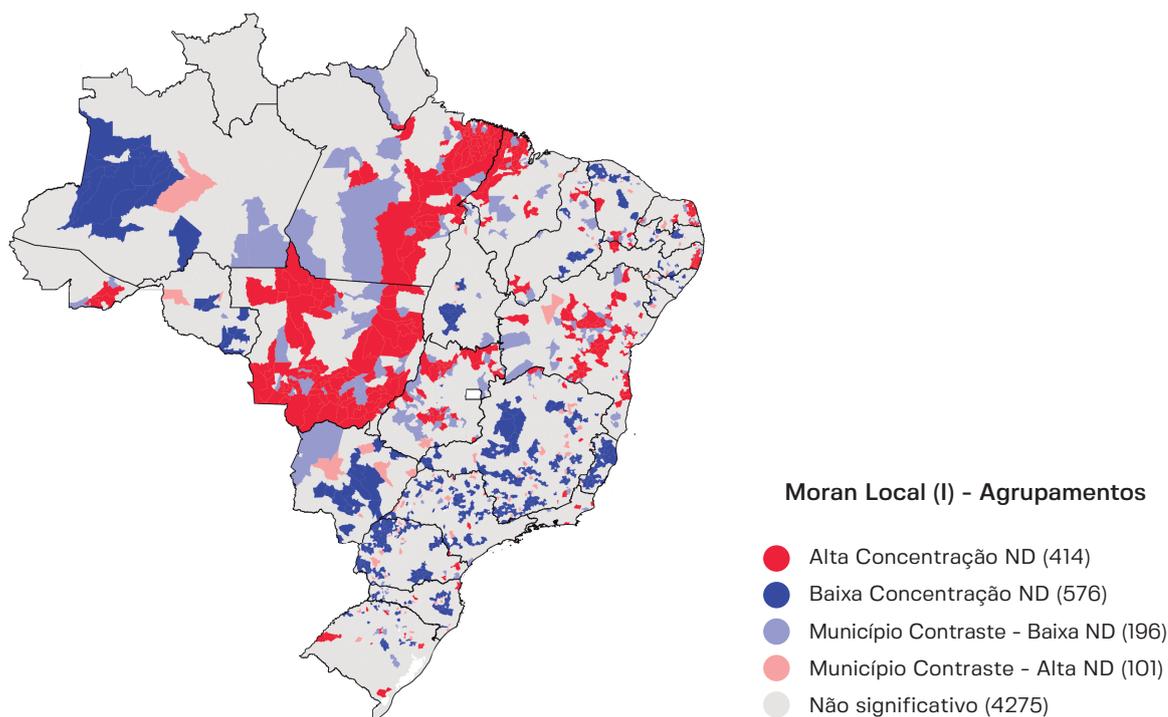
Fonte: Adaptado de Zhu *et al.*, 2018

O indicador de dependência espacial identifica quando dada característica de uma unidade espacial é afetada e afeta o comportamento dessa mesma variável nas unidades próximas, dá-se o chamado **efeito de transbordamento**. A maneira mais intuitiva para identificar esses efeitos é por meio da construção do diagrama de transbordamento (ou espalhamento), que consiste na construção de categorias específicas para cada tipo de relação entre as áreas e suas vizinhanças (Diagrama 1, Mapa 3).

³ O cálculo do indicador de Moran se deu com uso da função `localmoran_perm` do pacote `spdep` (Spatial Dependence) da linguagem R. O script construído para a elaboração dessa e outras análises integra o conjunto de documentos auxiliares que acompanha esta nota técnica.

Mapa 3 Representação espacial do diagrama de transbordamento construído análise de dependência espacial (Moran Local I)

Concentração espacial da não declaração racial nas matrículas do município - Moran Local (I)
Escolas com Ensino fundamental - Rede Municipal



Fonte: Censo Escolar, 2021 e 2023.

Esse transbordamento pode ser por semelhança (positivo), pois todo o conjunto de unidade compartilha da mesma característica (Alto-Alto ou Baixo-Baixo). Ou, ele também pode acontecer por dissimilaridade (negativo), quando uma unidade tem comportamento muito diferente dos vizinhos (Alto-Baixo ou Baixo-Alto).

No caso do percentual de matrículas sem declaração racial no município, os resultados são apresentados em quatro categorias: “Alta Concentração de Não Declaração” (Alto-Alto), “Baixa Concentração de Não Declaração” (Baixo-Baixo), “Município Contraste com Alta Não Declaração” (Alto-Baixo) e “Município Contraste com Baixa Não Declaração” (Baixo-Alto). O diagrama 1 contém uma representação simplificada do tipo de relação estabelecida entre os municípios quando existe um padrão espacial na distribuição do registro de raça nas matrículas.

A análise de autocorrelação espacial tem como objetivo identificar a existência de padrões regionais quanto à não declaração racial nos dados adminis-

Tabela 7 Quantitativo e percentual de municípios por categorias de concentração espacial, segundo as regiões administrativas - Brasil, 2023

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alta Concentração ND	123	26,4	178	9,9	75	16,7	15	0,9	23	1,9
Baixa Concentração ND	21	4,5	64	3,6	38	8,4	263	15,8	190	16,0
Município Contraste - Baixa ND	47	10,1	83	4,6	28	6,2	15	0,9	23	1,9
Município Contraste - Alta ND	7	1,5	20	1,1	6	1,3	41	2,5	27	2,3
Não significativo	268	57,5	1448	80,8	303	67,3	1329	79,9	927	77,9
Total	466	100,0	1793	100,0	450	100,0	1663	100,0	1190	100,0

Fonte: Censo Escolar 2023.

trativos educacionais. Assumindo que o preenchimento do campo raça/cor no Censo Escolar está associado a fatores étnicos, culturais e administrativos, é esperado que municípios vizinhos guardem semelhanças em relação ao modo como é registrada essa informação. Considerando apenas os 5562 municípios com informações sobre a oferta de ensino fundamental em redes municipais, 76,86% das redes não fazem parte de nenhum agrupamento de concentração espacial. Os demais 1287 municípios (23,14%) podem ser organizados em função de algum tipo de padrão de concentração espacial, os quais serão descritos com mais detalhes nas próximas duas seções.

Quando o transbordamento é desejável: baixa concentração de “raça não declarada”

Entre os municípios que pertencem a grupos com padrão de associação espacial, o tipo mais frequente é o de “Baixa Concentração de Não Declaração”. Ou seja, 576 (10,4%) municípios brasileiros formam, com seus vizinhos, um agrupamento de redes municipais com resultado positivo no preenchimento do quesito raça/cor no Censo Escolar. Tanto a análise visual do Mapa 3 quanto a observação da Tabela 7 sugerem que essas áreas estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, onde esses municípios representam, respectivamente, 16,0% e 15,8% do total de municípios analisados.

Ao observar os resultados entre as Unidades da Federação, verifica-se que o estado com maior número de municípios integrando vizinhanças com alta declaração racial no Censo Escolar é o Espírito Santo (46,2%) (Apêndice 1). Isso reforça o caráter excepcional do estado quanto ao preenchimento dos dados raciais, visto que apenas 10,1% das matrículas nesta etapa não possuem informação racial preenchida (Gráfico 2). Além do Espírito Santo, os estados do Paraná, Amazonas e Mato Grosso do Sul apresentam o maior número de municípios em zonas de baixa não declaração, mas não ultrapassam os 30% do total de cidades.

Quando o transbordamento preocupa: alta concentração de “raça não declarada”

A situação oposta ocorre quando um conjunto de municípios vizinhos compartilha altos percentuais de não declaração racial nas matrículas dos estudantes em escolas municipais que oferecem ensino fundamental. Nesses casos, poderíamos dizer que há um efeito de transbordamento ou contágio de uma prática indesejável: a desracialização dos registros de políticas públicas. Um percentual de 7,4% dos municípios nesta análise está integrado a essas áreas de alta concentração de não declaração. A região Centro-Oeste do país se destaca como a que possui mais municípios em agrupamentos de alta não declaração racial: das 466 cidades, 26,4% estão em vizinhanças com grande ausência de dados raciais no Censo Escolar de 2023.

A região Norte do país completa essa extensa faixa vermelha de alta não declaração racial, que vai de Mato Grosso ao estado do Pará. No Norte, 16,7% das cidades estão em agrupamentos onde há escassez de dados raciais dos estudantes do ensino fundamental municipal (Tabela 7). Esse cenário também se reflete no panorama por estados, sendo que Mato Grosso e Pará são os estados com maior participação de municípios em áreas de alta não declaração. O estado do Centro-Oeste é o destaque absoluto nesse indicador, considerando que, dos seus 144 municípios, mais de 57,0% (81) estão em áreas de transbordamento da não declaração racial (Apêndice 1).

Contrastes: municípios que se diferenciam dos vizinhos

A dependência espacial também pode apontar situações de excepcionalidade, nas quais um município apresenta percentuais de não declaração racial que destoam significativamente dos seus vizinhos. Neste trabalho, eles são chamados de “municípios contraste”, podendo assumir duas configurações: o contraste de alta e baixa não declaração.

Quando um município possui muitas matrículas com dados raciais ausentes (Alta ND) e seus vizinhos possuem baixa não declaração racial (Baixa

ND), ele é considerado um município “contraste de alta ND”. Por outro lado, se observarmos uma rede municipal localizada em um agrupamento de alta concentração de ND, mas onde ela possui valores baixos de dados raciais ausentes, o município é classificado na categoria “contraste de baixa ND”.

Essas situações de dissimilaridade são mais raras do que a concentração de alta ou baixa incidência da não declaração racial nos dados do Censo Escolar. Juntos, os dois tipos de municípios de contraste somam apenas 5,4% (297) do total: 3,5% dos casos são “contrastes de baixa ND” (situação desejável) e 1,8% “contrastes de alta ND” (situação desafiadora).

Os municípios contraste de baixa ND são mais comuns no Centro-Oeste e no Norte, onde representam, respectivamente, 10,1% (47) e 6,2% (28) do total de municípios. Cabe mencionar o potencial dessas cidades como fonte de informações sobre o registro de dados raciais na educação. Como estão situadas em regiões de grande concentração espacial de dados ausentes no Censo Escolar, seria interessante identificar os processos administrativos, as características culturais, políticas e da composição étnico-racial que podem estar associadas a esse resultado. Em situação oposta, que representa desafios para a gestão dos registros administrativos, os municípios “contrastes de alta ND” se destacam nas regiões Sudeste (2,5%) e Sul (2,3%).

O que pode explicar a não declaração?

A última estratégia adotada para investigar os padrões municipais da não declaração racial no Censo Escolar foi o ajuste de modelos de regressão linear. Eles foram construídos com o objetivo de identificar o que parece explicar as diferenças entre os municípios brasileiros quanto à não declaração racial no Censo Escolar. Como em todas as demais análises, trabalhamos com os dados agregados ao nível do município, a partir dos valores médios das escolas municipais com oferta de ensino fundamental.

Essa técnica de estatística multivariada identifica a associação entre variáveis explicativas e uma variável resposta de interesse. Neste exercício, foram ajustados dois modelos, um para cada variável resposta. A primeira é o percentual de estudantes sem declaração racial e a segunda é o crescimento desse percentual entre os anos de 2021 e 2023 – valores negativos indicam redução da ND, e valores positivos sugerem que a ND aumentou no período.

Considerando as hipóteses levantadas nesta nota técnica a respeito dos fatores que contribuem para aprimorar os registros raciais na principal base de dados administrativos da educação no país, foram selecionadas variáveis que informam sobre as diferenças regionais e sobre o grau de estruturação das redes de ensino para aprimorar a coleta de dados raciais dos estudantes.

Para isso, foram consideradas as seguintes variáveis e suas explicações:

Média do Índice de Nível Socioeconômico das Escolas (NSE):

No estudo das condicionantes da não declaração racial, assumimos a hipótese de que parte da capacidade de uma rede de intervir sobre a ausência de dados raciais deve-se à disponibilidade de recursos financeiros e à qualidade de sua equipe técnica. Um bom exemplo disso é o processo de automatização do sistema de matrículas que, ao ser realizado de maneira remota em um aplicativo específico, estabelece campos que não podem deixar de ser preenchidos pelas famílias. Redes maiores e mais estruturadas têm mais chances de investir nesse tipo de solução.

O nível socioeconômico do município também pode servir como uma aproximação dos desafios relacionados ao uso de instrumentos estruturados (questionários) na coleta de dados administrativos. Em geral, quanto mais baixa a escolaridade do entrevistado/participante, maior o apoio necessário durante o preenchimento de questões com respostas pré-definidas (como é o caso da autodeclaração racial por meio das cinco categorias do IBGE).

Para contemplar essas duas hipóteses, a média municipal do Nível Socioeconômico da Escola (NSE) foi incluída como variável de controle no modelo de regressão. Essa é uma medida que permite posicionar estudantes e suas famílias na hierarquia socioeconômica, a partir da sistematização de variáveis como renda familiar, posse de bens no domicílio e escolaridade dos pais. O índice é calculado para cada estudante e, em seguida, agregado ao nível do estabelecimento de ensino. Para este trabalho, ainda foi feita uma nova agregação, considerando a média de todas as escolas municipais públicas que ofertam o ensino fundamental no município.

No Brasil, algumas medidas de NSE já foram estimadas a partir de diferentes fontes de dados educacionais, como os questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Contudo, estudantes de escolas que não participavam dessas avaliações não dispunham de dados socioeconômicos e, assim, o NSE não era calculado para essas instituições. O índice utilizado neste estudo (Soares & Alves, 2023) supera essa limitação, incluindo, além da medida usual (baseada nas respostas aos questionários do Saeb e do Enem), algumas características da escola, como o percentual de crianças de famílias beneficiárias do Bolsa Família, a localização em área urbana ou rural e a dependência administrativa, além do NSE das escolas anteriormente frequentadas por estudantes sem informações do Saeb/Enem. O resultado é uma medida padronizada, que classifica as escolas em uma escala de 0 (mais baixo NSE) a 10 (mais alto NSE).

Captando diferenças regionais

A descrição do percentual e da redução de matrículas com raça não declarada no município já aponta para uma considerável concentração espacial, tanto no nível de regiões quanto entre as Unidades da Federação. Contudo, no modelo de regressão, temos a oportunidade de estabelecer essas comparações, considerando o controle de outras variáveis explicativas. Assim, todas as Unidades da Federação (com exceção do Distrito Federal, que não possui rede municipal de ensino) serão incluídas no modelo estatístico, tendo o estado com o menor percentual de ND em 2023 (Espírito Santo) como categoria de referência.

Além das variáveis referentes às UF, os modelos ainda contam com três medidas da composição racial da população de moradores do município. Utilizando dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022, foram incluídas as proporções de crianças pretas, pardas e indígenas com idade entre 6 e 14 anos residentes na cidade.

Estruturação das redes para aprimorar o registro de raça dos estudantes

No trabalho com dados municipais, temos poucos instrumentos de coleta de dados abrangentes sobre o tema das relações étnico-raciais. Por isso, recorreremos a uma variável do Diagnóstico da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). O levantamento contou com a aplicação de um questionário às secretarias municipais e estaduais de educação sobre o grau de implementação das políticas de educação para as relações étnico-raciais (ERER) no país (MEC, 2024). Com uma taxa de resposta de 98%, os dados permitiram a criação de um índice geral de institucionalização da ERER no município, além de outros indicadores intermediários referentes ao grau de formação, gestão escolar, material didático e paradidático, financiamento, avaliação e monitoramento. Nos modelos em questão, utilizamos uma variável referente à realização de campanhas pela secretaria para incentivar o preenchimento do quesito raça/cor na matrícula e em outros registros administrativos.

Como uma aproximação do nível socioeconômico do município, utilizamos a média do Índice de Nível Socioeconômico das Escolas (Soares; Alves, 2023), que é construído a partir de variáveis como a posse de itens no domicílio e a escolaridade dos pais. Neste exercício, a média municipal do INSE visa caracterizar a rede em relação às possibilidades de lançar mão de recursos financeiros e outros para produzir estratégias para o aprimoramento do registro dos dados raciais. Para controlar a complexidade da gestão da rede de ensino, a última variável do modelo é o número de matrículas no Ensino

Fundamental Municipal. Argumenta-se que os desafios para liderar o processo de coleta de dados raciais com qualidade nos registros administrativos da educação são maiores para redes com mais estudantes.

Resultados dos modelos multivariados

Os resultados completos estão disponíveis para consulta no Apêndice 2. Todavia, a representação gráfica abaixo contempla as principais informações necessárias para a interpretação do modelo multivariado (Gráfico 3). Os marcadores associados a cada variável explicativa informam sobre a estimativa de mudança no percentual de não declarados a partir das variações nas variáveis explicativas. Ou seja, o coeficiente de regressão da categoria “AM” indica quanto, em média, varia o percentual de não declarações em um município deste estado em comparação a um município do Espírito Santo (categoria de referência, por ser o estado com menos casos sem informação de raça/cor)⁶.

Coefficientes positivos, à direita da linha vermelha, paralela ao eixo Y, indicam associação positiva com a variável resposta (% ND). As linhas azuis que atravessam cada marcador representam o intervalo de confiança dessa estimativa e informam sobre a possibilidade de que não haja associação quando interceptam a linha de referência ($x = 0$).

Em média, observa-se que as diferenças entre os estados são os fatores com maior associação com o percentual de casos de não declaração. O modelo informa que 17 das 25 UF no modelo possuem percentual médio de casos de não declaração superior ao do Espírito Santo, a unidade com menor percentual de ND. No Amazonas, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Minas Gerais, Tocantins e Sergipe, não é possível assumir que haja diferença significativa entre eles e a categoria de referência. Ou seja, todos fazem parte de um grupo de baixa não declaração racial, mesmo após o controle de outros fatores explicativos, como a composição racial do município.

Por sua vez, apesar da pequena magnitude do efeito, a composição racial oferece um resultado interessante para um estudo como esse, que tem potencial para indução de políticas públicas. Em média, quanto maior o percentual de crianças e adolescentes pretos e pardos residindo no município, maior a não declaração racial. Ao contrário dos negros, em relação aos indígenas, essa associação é negativa: cidades com maior presença de crianças e adolescentes declarados indígenas no Censo Demográfico

⁶ ND” (não declarado) refere-se à ausência de informação sobre raça/cor no Censo Escolar. O estado com o maior número e percentual de ND é o Mato Grosso, devido ao alto volume de dados ausentes. Já o Espírito Santo apresenta o menor número de ND, ou seja, a menor taxa de ausência dessa informação.

de 2022 tendem a apresentar menor percentual de estudantes com raça não declarada. Tomando como referência os coeficientes estimados para o %ND, o Gráfico 4 permite uma observação mais atenta desse pequeno efeito e do modo como ele é diferente entre as três categorias raciais. Ele apresenta os valores preditos do percentual de Não Declaração racial, segundo valores simulados da composição racial dos municípios. Quanto mais ampla a área sombreada, menos precisa a estimativa. Nos pontos em que a reta ou a área interceptam o eixo de Y no valor “0” não é possível afirmar que haja uma associação entre as duas variáveis para aquele grupo.

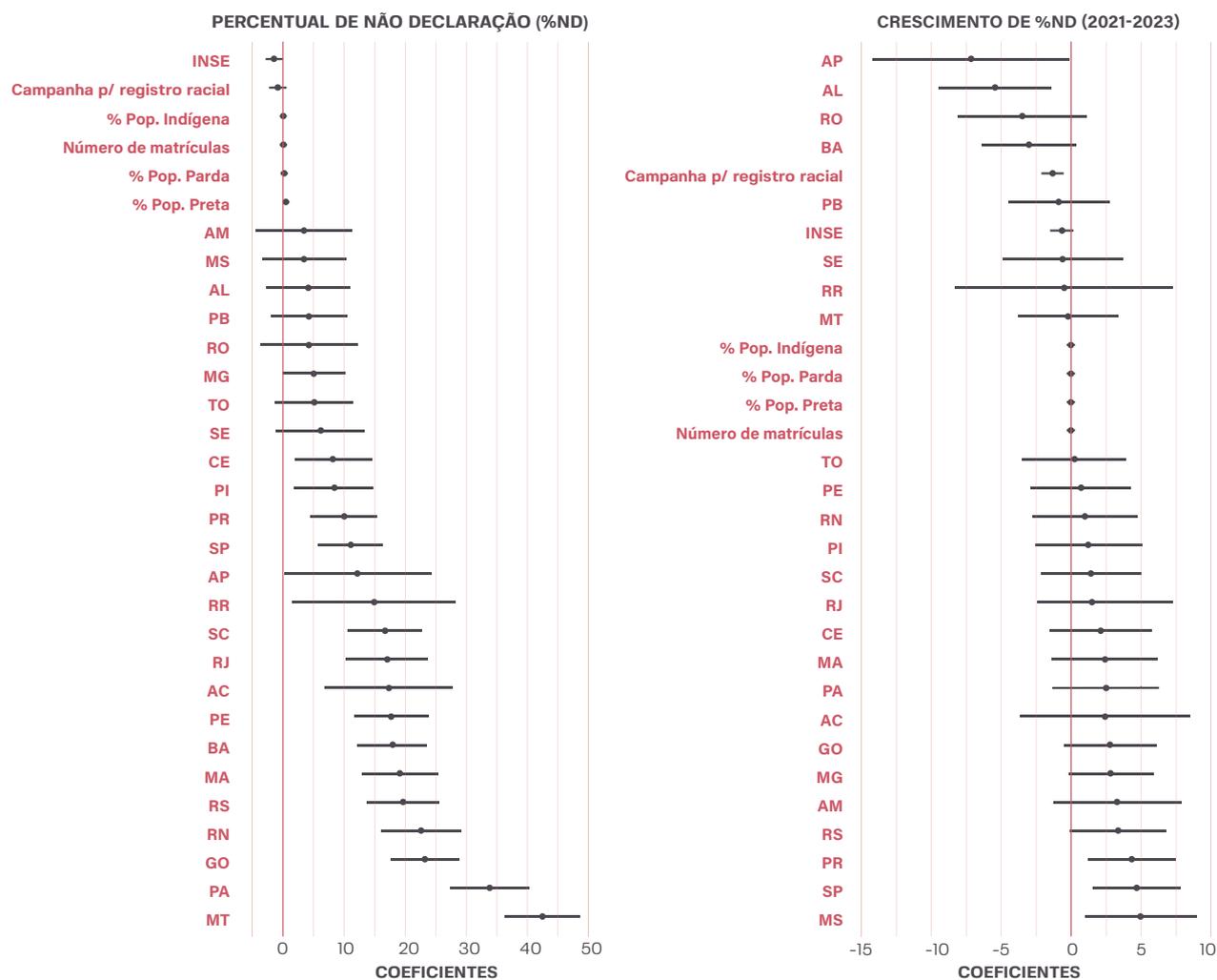
Apesar do menor número de casos, a associação entre a presença de residentes pretos no município e a não declaração racial no Censo Escolar é a mais intensa das três observadas (Gráfico 4). Para os indígenas, por outro lado, parece haver uma associação entre o %ND que seria influenciada por municípios com valores mais altos de percentual de indígena.

A hipótese mais plausível é que a afirmação da identidade indígena, em função dos vínculos territoriais e culturais bastante demarcados, facilite o registro dos dados raciais das crianças e adolescentes em redes com grande presença dessas famílias.

A realização de campanhas para aprimorar o preenchimento dos dados raciais não demonstrou associação estatística com a não declaração no ano de 2023. Aparentemente, embora essa seja uma excelente prática, ela teve resultados limitados em termos de mudanças para o ano observado. Finalmente, a média do Nível Socioeconômico das Escolas, *proxy* da disponibilidade de recursos da rede para o investimento em ações na área da educação – que podem contribuir para o aprimoramento do registro – está relacionada de maneira negativa à variável resposta. Em síntese, quanto maior o nível socioeconômico médio dos estudantes do município, menor a não declaração racial.

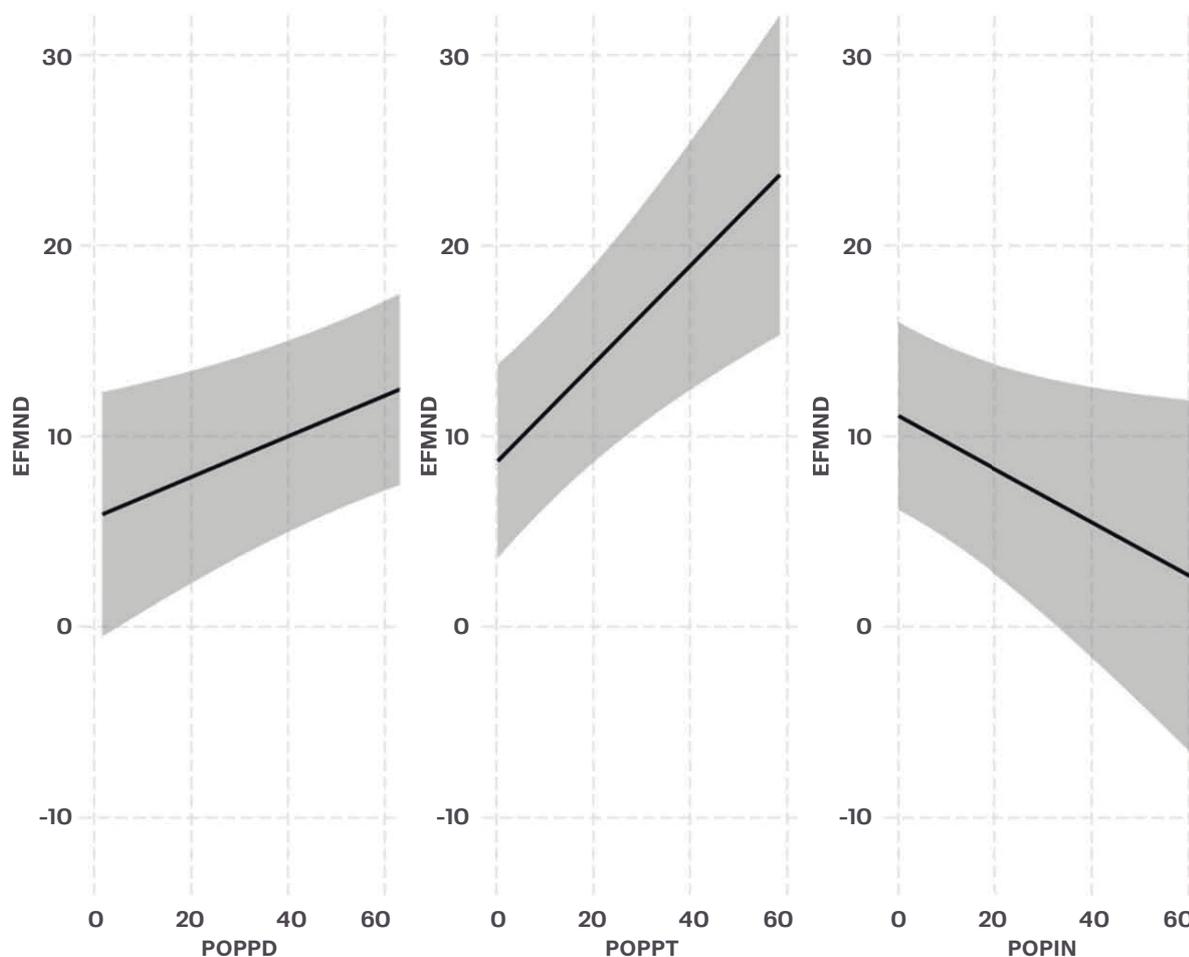
O modelo que estimou a variação entre os anos de 2021 e 2023 não apresentou tantas correlações significativas quanto o primeiro (Apêndice 2 e Gráfico 3). Ainda é preciso investir mais na identificação dos fatores associados à tendência de redução dos casos de raça não declarada. Todavia, a realização de campanhas e atividades para melhorar o preenchimento do campo raça/cor nos registros administrativos educacionais se mostrou uma preditora significativa da redução da não declaração. Municípios que afirmaram no levantamento do MEC ter investido nesse tipo de campanha para melhorar a autodeclaração racial pelas famílias apresentaram redução média de 1,34% no crescimento dos casos sem informação racial entre 2021 e 2023 (Apêndice 2).

Gráfico 3 Coeficientes de regressão linear do percentual municipal de casos de Não-Declaração Racial e Crescimento da ND em escolas municipais com oferta de Ensino Fundamental - Brasil, 2023.



Fonte: Censo Escolar, 2021 e 2023.

Gráfico 4 Valores esperados (preditos) para o percentual de Não-Declaração Racial em escolas municipais com oferta de Ensino Fundamental, segundo o percentual de residentes de 6 a 14 anos pardos (POPPD), pretos (POPPT) e indígenas (POPIN) no município - Brasil, 2023.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Escolar 2023.

Na comparação com o Espírito Santo, os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul tiveram maior crescimento do percentual de não declaração racial entre 2021 e 2023. Vale a pena destacar que, entre todas as Unidades da Federação, apenas o Mato Grosso do Sul experimentou aumento absoluto do percentual de casos sem identificação racial na etapa e nas escolas analisadas. Alagoas e Amapá representam os estados com diferença significativa em relação ao Espírito Santo, indicando que apresentaram maior redução dos dados sem registro do que a UF de referência (pela baixa não declaração em 2023). Finalmente, quanto maior o INSE médio do município, maior a redução da não declaração racial em escolas municipais com Ensino Fundamental no Censo Escolar.

Apontamentos finais e sugestões

Na análise da não declaração racial para escolas com oferta de Ensino Fundamental da rede municipal no Censo Escolar, aponta-se para a larga heterogeneidade de situações no Brasil. Isso se reflete nos seguintes números: a não declaração nos municípios varia entre 0% a quase 100% de não declaração; com relação à variação, pode-se dizer que apenas 20% não tiveram crescimento/redução significativa, sendo que entre os demais, 40% aumentaram seu percentual de ND e 40% reduziram. Em outras palavras, há diversas combinações possíveis sobre a não declaração no Brasil.

Isso não quer dizer, no entanto, que não haja padrões na não declaração. Espírito Santo e Mato Grosso do Sul demonstram bons indicadores em conjunto, assim como outras regiões específicas, como o oeste do Paraná, o oeste do Amazonas, o norte do Ceará e diferentes regiões de Minas Gerais e São Paulo (Mapa 3). Por outro lado, diversas cidades do Mato Grosso e do Pará, o norte de Goiás e o interior da Bahia têm alta concentração de ND.

Para além dessas constatações, cabe compreender o que leva municípios a terem bom percentual de preenchimento. Os modelos de regressão fornecem algumas pistas. O Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) está inversamente associado ao percentual de ND no município, o que pode ser uma *proxy* da capacidade administrativa do município. O mesmo ocorre com a composição racial, que informa que municípios com maior população preta e parda também possuem em média maior percentual de matrículas sem informação racial. No que diz respeito à variação da ND, municípios em que foram oferecidos treinamentos em educação para as relações étnico-raciais, têm uma tendência maior de queda.

Dessa forma, os resultados devem ser lidos observando dois aspectos fundamentais. O primeiro, de que as capacidades administrativas e organizacionais parecem estar correlacionadas com maiores coberturas de preenchimento da variável racial. Em segundo lugar, porém, essa capacidade administrativa não deve estar descolada de uma compreensão local do indicador. Isso quer dizer, por exemplo, que os motivos que levam à boa cobertura de Campina Grande/PB podem não ser os mesmos que levam ao bom preenchimento em Criciúma/SC. Ou, o cenário que induziu a queda de ND em -53,0% em Canoas/RS seja diferente da redução de -62,7% em Várzea Grande/MT. Deve-se evitar soluções extremamente padronizadas, a não ser que as realidades locais sustentem tais medidas.

Síntese e alerta sobre a não declaração racial no Censo Escolar

1. A dimensão de recursos materiais, sintetizada pelo INSE, aponta para sua importância na não declaração. Os resultados indicam que municípios com maior INSE apresentam menores percentuais de ND, além de uma redução ao longo dos últimos anos.

2. A realização de campanhas sobre o preenchimento da variável tem os resultados esperados, embora modestos. Investir em incentivos informacionais pode auxiliar famílias e gestores na condução desse processo.

3. A composição racial dos municípios também indicou associação, ainda que modesta. Municípios com mais crianças e adolescentes pretos e pardos tendem a apresentar percentuais mais elevados de ND. O contrário ocorre em municípios com maior proporção de crianças e adolescentes indígenas, onde o percentual de ND tende a ser menor. Esse resultado é relevante, mas deve ser analisado com cautela. Uma hipótese é que, em municípios com uma maior proporção de população indígena, a afirmação da identidade indígena facilite o registro dos dados raciais das crianças e adolescentes em redes com grande presença dessas famílias.

4. Todas as análises chamam a atenção também para as dinâmicas territoriais. Em diferentes locais do Brasil há agrupamentos de municípios que concentram tanto a alta quanto a baixa não-declaração. Compreender os motivos que levam a essas variações regionais, bem como o seu contraste, podem fornecer insumos para encontrar as chamadas “boas práticas” ou pelo menos os arranjos locais que favorecem uma boa cobertura da variável racial.

Alertas: aspectos a se considerar em análises futuras

- 1.** Em análises futuras, deve-se buscar mensurar não apenas a cobertura dos dados raciais coletados, mas também sua qualidade. Ao contrário de perguntar-se “Quantos e onde estão casos sem declaração racial”, investir se esses dados refletem a realidade e a autoidentificação das famílias e dos estudantes.
- 2.** Os municípios contrastantes podem oferecer muitos *insights* sobre a dinâmica e os fatores que influenciam a alta ou baixa proporção de preenchimento da variável raça no Censo Escolar.
- 3.** Incentivos informacionais podem ser elementos importantes para induzir o aumento da declaração nas escolas, fazendo com que as famílias e os profissionais que se ocupam diretamente desse registro se sintam parte dessa coleta.
- 4.** A classificação racial é influenciada por diversos fatores, como os termos utilizados no instrumento, quem é o respondente ou a forma de coleta (se por meio de questionários autoaplicados ou aplicados por um entrevistador). Assim, a raça não é um atributo fixo, e a existência de inconsistências eventuais ou reclassificações não invalida a coleta ou a validade dos dados.

Ao examinar os dados quantitativos – tanto os fornecidos pelo Censo Escolar quanto por outros levantamentos do Inep –, vimos emergir um panorama amplo de onde e como se concentram os maiores índices de não declaração racial no país. Essas estatísticas oferecem pistas valiosas sobre as regiões com lacunas mais acentuadas, bem como sobre o perfil das escolas e redes de ensino que mais necessitam de ações voltadas à cobertura do quesito cor/raça. Entretanto, como algumas pesquisas já ressaltaram, a ausência ou a baixa qualidade dos dados não se explica apenas por falhas técnicas dos formulários ou sistemas: há também dimensões relacionais, culturais e institucionais que condicionam o preenchimento (ou não) da raça/cor.

Diante disso, a fim de obter um quadro mais aprofundado do problema, optamos por articular o levantamento quantitativo a uma abordagem qualitativa. De um lado, as estatísticas ajudam a “mapear o terreno”, localizando, por exemplo, estados e municípios em que a subnotificação é mais crítica. De outro, a investigação etnográfica e as entrevistas em profundidade permitem compreender como professores, gestores, famílias e estudantes lidam concretamente com a autodeclaração racial no cotidiano escolar. Somente ao unir esses dois ângulos – o das grandes bases de dados e o das histórias e vivências situadas – é possível construir propostas mais robustas para reduzir efetivamente o índice de não declaração racial.

É com esse propósito que, após a análise quantitativa, apresentamos o estudo qualitativo conduzido durante o segundo semestre de 2024 em São Luís do Maranhão. A escolha da capital maranhense decorre, inicialmente, de uma parceria viabilizada pelo Afro-Cebrap, mas também de evidências de que a região Nordeste, e especialmente o Maranhão, ainda recebe investimentos limitados em pesquisas sobre educação e relações raciais. Dessa forma, São Luís ofereceu a oportunidade de examinar, em profundidade, contextos escolares pouco investigados, onde práticas e políticas de declaração racial podem apresentar nuances distintas daquelas mais amplamente documentadas no eixo Sul-Sudeste.

Na próxima seção, detalhamos as etapas dessa investigação qualitativa, contemplando as metodologias utilizadas (entrevistas, observações em campo, análise documental), as escolas e gestores participantes e as principais descobertas sobre como a variável cor/raça é vivenciada e registrada nas matrículas e no Censo Escolar local. Dessa articulação entre números e narrativas, vislumbramos caminhos para enfrentar a subnotificação racial e, sobretudo, qualificar as práticas de classificação e reconhecimento étnico-racial na educação brasileira.

Eixo Qualitativo

A análise quantitativa revelou que a não declaração racial no Censo Escolar se distribui de maneira desigual pelo país, estando associada a fatores como o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), a composição racial dos municípios e a presença de iniciativas voltadas à educação para as relações étnico-raciais. Diante desses achados, o eixo qualitativo se propõe a aprofundar essas relações, explorando como diferentes contextos locais influenciam o preenchimento do quesito racial e de que maneira políticas públicas podem atuar para reduzir essa lacuna informacional.

São Luís foi escolhida como um dos focos da investigação qualitativa por reunir elementos fundamentais que dialogam com as hipóteses levantadas. Primeiro, o INSE do município se alinha à tendência observada de que localidades com menor nível socioeconômico apresentam maior percentual de não declaração, o que pode indicar desafios administrativos e estruturais na coleta de dados. Além disso, São Luís se enquadra na relação observada entre composição racial e não declaração, visto que municípios com maior população preta e parda tendem a apresentar níveis mais altos de matrículas sem informação racial. Por fim, a cidade se destaca pela oferta de formações voltadas à educação para as relações étnico-raciais, um fator que a análise quantitativa aponta como relevante para a redução da não declaração ao longo do tempo.

Diante desse cenário, a investigação qualitativa se concentrou na política local de enfrentamento à não declaração racial, buscando compreender como treinamentos, diretrizes institucionais e a percepção dos atores envolvidos impactam esse processo. Para isso, foram realizadas entrevistas com gestores, educadores e outros agentes envolvidos na implementação dessas políticas, permitindo um olhar mais aprofundado sobre os desafios, estratégias e efeitos dessas ações no preenchimento do quesito racial no Censo Escolar. As atividades de campo realizadas foram realizadas entre 25/11/2024 e 16/12/2024. Além de entrevistas e participação em evento promovido pela SEMED, as informações e reflexões contidas nesse relatório se baseiam em uma série de conversas informais realizadas tanto presencialmente quanto por telefone.

Entrevista 1 – Núcleo de currículo – SEMED¹

Entrevista 2 – Setor de Informática e Estatística – SEMED

Entrevista 3 – Técnica – SEMED

Entrevista 4 – Unidade de Ensino Básico Paulo Freire

Entrevista 5 – Unidade de Ensino Básico Pastor Estevan

Entrevista 6 – Unidade de Ensino Básico Mario Andrezza

Campo 7 – Seminário Práticas Promotoras da Equidade na Educação Infantil da SEMED e Oficina Primeira Infância Antirracista – UNICEF

Entrevista 8 – Unidade de Ensino Básico Dilson Ramos Bessa

¹Visando a segurança e a confiança de nossos entrevistados, os dados serão anonimizados

Hipóteses de investigação

Em busca de boas práticas visando a redução da não declaração racial, duas dimensões estão sendo consideradas:

1. O preenchimento do dado racial;
2. A qualidade do dado preenchido.

Como guia para a pesquisa de campo quatro hipóteses estão sendo mobilizadas:

1. A incidência da gestão é significativa para o incremento do preenchimento do dado racial;
2. O tipo e a forma do instrumento de coleta do dado racial influenciam a qualidade do dado coletado;
3. O desenvolvimento de boas práticas para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) é significativo para um melhor preenchimento do dado racial;
4. Existe relação entre a qualidade do dado racial coletado e o desenvolvimento de práticas educativas que incorporam a discussão sobre o território e a comunidade em que a escola está inserida.

Pontos de destaque e considerações preliminares

A partir das hipóteses norteadoras da pesquisa, foram realizadas duas entrevistas iniciais com profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A primeira entrevistada foi uma professora amplamente reconhecida como referência no Maranhão por sua atuação pioneira, desde 2003, no desenvolvimento e implementação de ações voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). A segunda entrevista foi conduzida com um servidor do Setor de Informática e Estatística da Secretaria, responsável pelo monitoramento dos dados educacionais da rede municipal.

O segundo conjunto de entrevistas incluiu profissionais de escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, identificadas como unidades que têm se destacado pela realização de boas práticas em ERER. Em sua maioria, tratam-se de gestoras com ampla trajetória na rede municipal, o que possibilitou a obtenção de uma visão mais abrangente do contexto educacional e de suas percepções sobre as transformações e nuances do debate étnico-racial ao longo do tempo.

No que se refere especificamente à temática da declaração racial, o material coletado permite identificar momentos de inflexão e construir uma linha do tempo preliminar. O primeiro marco citado é o ano de 2003, com a promulgação da Lei 10.639, que impulsionou o debate sobre as desigualdades étnico-raciais na educação. Essa primeira década foi fortemente influenciada por ações do projeto A Cor da Cultura, amplamente mencionado pelas entrevistadas.

Ainda no final dos anos 2000, começaram a surgir preocupações mais sistemáticas em torno da coleta de dados raciais, especialmente em razão das lacunas evidenciadas pelo Censo Escolar. Após esse período, as entrevistadas voltam a destacar uma mobilização significativa apenas em 2021, quando a SEMED passou a pressionar as escolas a preencherem o campo de raça/cor no momento da matrícula. Em 2022, esse movimento se intensificou com o envio de um memorando às escolas, acompanhado de dados extraídos do SisLame (sistema de gestão municipal da educação), que serão apresentados no quadro a seguir.

Tabela 8 Declaração racial dos estudantes no SISLAME

% de Estudantes	Cor/Raça
51,82%	Não declarada
40,38%	Parda
5,49%	Branca
2,23%	Preta
0,06%	Amarela
0,02%	Indígena

Fonte: SisLAME, 2022.

O memorando destacava que, naquele momento, a rede registrava um índice de 51,82% de não declaração da informação étnico-racial. Ressaltava ainda que os dados informados não refletiam a realidade local, considerando que, de acordo com o IBGE, a população de São Luís é composta por aproximadamente 71% de pessoas negras (pretas e pardas).

O documento também enfatizava a importância dessas informações para o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades. Recomendava, caso necessário, a orientação individual de pais e/ou responsáveis quanto à necessidade de fornecer corretamente esses dados. Estabelecia, ainda, o prazo de um mês para que as informações fossem devidamente atualizadas no sistema.

Anexo ao memorando, foi enviada uma ficha de autodeclaração racial, que passou a ser de preenchimento obrigatório pelos pais ou responsáveis.

A partir desse momento, em 2022, a Secretaria definiu como meta reduzir para até 5% o índice de não declaração nas escolas da rede. Para isso, iniciou o monitoramento sistemático das unidades escolares e passou a cobrar providências das que apresentavam índices elevados de omissão.

Nesse sentido, considerando a primeira dimensão apontada para este levantamento - o preenchimento do dado racial - **verificamos como fundamental a incidência da gestão para que o dado seja coletado**. Além disso, o tipo e a forma do instrumento de coleta parecem também ter um peso relevante. Em 2022, a forma encontrada pela Secretaria foi exigir o preenchimento de uma ficha à parte, para pressionar escolas e familiares e/ou responsáveis e garantir que o dado fosse informado.

Em 2024, a Secretaria implantou um novo sistema de gestão, o GDUC, por meio do qual os pais e/ou responsáveis passaram a realizar a pré-matrícula de forma totalmente online. A nova plataforma foi previamente alimentada com os dados extraídos do sistema anterior e entrou em funcionamento em novembro de 2024, quando foram abertas as pré-matrículas para o ano letivo de 2025.

O GDUC conta com campos específicos para o registro da cor/raça do(a) estudante, bem como do pai, da mãe e/ou responsável. As opções disponíveis para preenchimento são: branco, pardo, preto, indígena, amarelo e não declarar.

Durante quase todas as entrevistas realizadas com as gestoras foi mencionado que os pais estão tendo dificuldade em acessar o sistema diretamente e solicitando ajuda nas próprias escolas ou pagando para que a inscrição seja feita em lan houses. Caberá então monitorar mais adiante se essa migração de sistema e forma de coleta de dados causará impacto na qualidade da informação coletada.

No mês de novembro de 2024, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) anunciou que está sendo criado um Núcleo específico para a gestão EREER em sua estrutura. Logo, esse é outro elemento que pode impactar os dados futuramente e poderá se relacionar também com a segunda dimensão considerada em nosso levantamento.

Em relação à qualidade do dado coletado (preocupação também esboçada no memorando da SEMED), considera-se adequada **para seguir investigando a hipótese de que escolas com boas práticas EREER, tenham uma boa coleta do dado racial. Esse ponto poderá ser melhor explorado também quantitativamente.**

A pesquisa de campo destaca que a existência de práticas mais ou menos continuadas e assim como a pressão para a incidência política da pauta dependerá também de quem está na gestão (com maior ou menor abertura para a discussão) e também da **articulação com projetos externos à municipalidade**, como A Cor da Cultura e mais recentemente o PIA-UNICEF.

A tentativa de remontar uma linha do tempo de ações ou marcos significativos para o debate, como formação, campanhas ou outras atividades, indica que determinados períodos são lembrados como uma espécie de vácuo em que não se consegue dizer exatamente o que acontecia e outros em que surgem facilmente nomes de secretários/as, de gestoras, coordenadoras ou projetos e programas importantes para o momento.

Outro ponto que surge como sendo de investimento fundamental é a **necessidade de diálogo com as famílias**. Nas conversas e entrevistas não houve nenhum relato sobre a resistência em responder a declaração, mas sim sobre dúvidas sobre como declarar, sobre qual categoria usar. E, com frequência, escutamos relatos de que há uma “resistência” ou uma “negação” da categoria preto. A percepção mais geral é que há uma tendência mais ampla pela escolha da categoria *pardo*.

Várias das conversas informais e muitas das entrevistas esboçaram certa perplexidade diante da incongruência entre como percebem as crianças (muitas vezes pretas) e o modo como as famílias e/ou responsáveis as declaram (pardas ou brancas). Essa tendência de embranquecer (termo aqui usado pela pesquisadora e não pelas entrevistadas) a declaração é atribuída ao preconceito. Algumas pessoas avaliam que os pais/responsáveis não querem identificar suas crianças como pretas pois assumem valores negativos associados à raça negra. Um exemplo disso seriam situações relatadas em que, segundo as entrevistadas, as crianças (por vezes negras) expressam concepções sobre feiura associadas a pele escura e a cabelos crespos e estas seriam concepções aprendidas junto a família.

No entanto, é preciso considerar que o embranquecimento também pode ser uma tentativa de proteger as crianças de serem alvo de preconceito, estratégia historicamente documentada em vasta bibliografia. Talvez essa seja uma hipótese a ser retomada e aprofundada: **estamos observando a persistência de uma estratégia de “embranquecimento” como forma defensiva frente ao enfrentamento do racismo?**

A respeito da hipótese que pensa a **relação entre a qualidade do dado racial coletado e o desenvolvimento de práticas educativas que incorporam a discussão sobre/no território**, o caso do quilombo urbano da Liberdade apareceu com destaque.

O bairro da Liberdade, reconhecido como o maior quilombo urbano da América Latina, costuma ser de alguma forma mencionado em todas as discussões sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais em São Luís. Duas das pessoas entrevistadas atuam em escolas localizadas nesse território e ambas mencionaram que em 2024, pela primeira vez, as escolas foram cadastradas no Censo Escolar como escolas quilombolas. Ambas, de diferen-

tes modos, ressaltaram os impactos do reconhecimento do quilombo, ocorrido em 2019, no incremento das discussões sobre a valorização das práticas e tradições culturais do bairro e da afirmação de uma identidade negra.

Ao buscar relacionar o que foi abordado acima, a respeito de uma possível estratégia de proteção via “embranquecimento”, o processo que envolve o reconhecimento como quilombo urbano pode confrontar essa estratégia com o acesso a direitos disposto justamente pela afirmação como quilombola.

De todo modo, independentemente da referência direta ao quilombo da Liberdade, em algumas das entrevistas e conversas surgiu a importância da relação com o território e do envolvimento da comunidade mais ampla do entorno da escola, como elementos que contribuem para a construção do pertencimento étnico-racial entre as crianças.

Por fim, dois pontos que se destacam da própria experiência com a pesquisa de campo.

- 1.** Foi possível constatar que tanto a gestão municipal quanto as escolas não têm uma memória institucional organizada das ações implementadas. Os registros são feitos de maneira individual e muitas vezes apenas para comprovar que uma tal atividade foi realizada. Ou seja, com o intuito mais de prestar contas e menos de produzir um arquivo de memória e registro de atividades. Essa lacuna pode ser um impeditivo para que boas práticas sejam reconhecidas e replicadas.
- 2.** Ao longo das conversas, entrevistas e observações restou a impressão de que, por vezes, a conversa sobre Educação para Relações Étnico-Raciais permanece muito focada na promoção de práticas culturais populares afro-brasileiras e/ou indígenas e até mesmo no resgate de uma idealizada “cultura africana” e permanece sem destaque que a questão principal é o combate às desigualdades na educação. Essa dimensão, que guarda relação direta com a produção de dados e indicadores qualificados, parece ainda ser pouco compreendida e difundida.

Anotações sobre cada entrevista/atividade de campo

ENTREVISTA 1 – NÚCLEO DE CURRÍCULO – SEMED

A entrevistada atua na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Luís desde 2002. Esta foi a primeira entrevista selecionada para a pesquisa, uma vez que, em investigações anteriores sobre desigualdades étnico-raciais na primeira infância, seu nome foi frequentemente citado como referência central na construção dessa pauta no município.

A entrevista abordou sua experiência geral com a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na rede municipal de São Luís, sua percepção sobre os processos de coleta de dados raciais na educação e a hipótese de que escolas com boas práticas de ERER tendem a realizar uma coleta qualificada desses dados. A entrevistada também indicou gestoras escolares que vêm se destacando por práticas exitosas na área, oferecendo importantes pistas para o aprofundamento da pesquisa.

Durante a conversa, relatou que, à época da promulgação da Lei 10.639/2003, o então secretário de educação demonstrava grande abertura para o debate étnico-racial. Nesse contexto, por sua trajetória no movimento negro e pela proximidade com a professora Petronilha Gonçalves, foi convidada a coordenar as ações voltadas à implementação da referida lei no município.

Ao longo da entrevista, destacou diversas ações desenvolvidas especialmente na primeira década de vigência da lei, com ênfase para as parcerias firmadas com o projeto "A Cor da Cultura". Seu relato também evidenciou como mudanças na gestão municipal impactaram negativamente a continuidade e a estabilidade das ações programáticas, apontando para um cenário de descontinuidade institucional que ainda marca a implementação da ERER na rede.

“A gente fez até uma coisa assim que era bem de acordo com a proposta, isso nesse período da primeira década [...] Por que muda a gestão e às vezes o secretário fala: isso não precisa, né? Que depende muito da assim, né, da consciência que a pessoa tem”

Além disso, também se referiu à dificuldade, ainda presente, de pautar a discussão para além de datas comemorativas, como o mês de novembro.

[sobre a coleta do dado racial na ficha de matrícula]

Não se lembra exatamente quando o campo sobre cor/raça foi inserido nas fichas de matrículas da rede municipal, mas acredita que por volta de 2009. Avalia que por conta da demanda de preenchimento desse dado no Censo Escolar, as escolas foram incitadas a coletar o dado no momento da matrícula.

“Acho que teve o censo e aí se detectou que as pessoas não estavam respondendo, né? Então, colocando a ficha de matrícula, quando eu tava lá no MEC, no trabalho, sabia que a gente queria que as pessoas respondessem se eram quilombolas ou não. Está também. Quem é da Liberdade, né? Tem essa identidade ou não, até para você pesquisar, não é isso, se estão se afirmando ou não né, aham, então que é da Liberdade, está se afirmando? Então a gente orientava tudo, diários de classe.”

[sobre relação com as famílias e o território]

Conversando com as famílias lá, uma avó falou que o neto não acha que é negro e ela reafirma que é.

A avó falou: olha, eu tenho que explicar pra ele que ele sabe do pai dele, porque é o pai dele, né? Então é para as crianças, já é. A gente tem essa foto, diz que é isso. É fundamental conversar com as famílias e tem aparecido isso. E eu falei, olha aqui na sala não tem ninguém que não seja, o bairro é assim, né? Sim, todos moram. Tem gente que nasceu lá, né? Na verdade, é afirmando a necessidade de reforçar essa identidade. E aí vai no censo, né?

Mencionou trabalho de escolas no território da Liberdade e Coroadinho. Que está também buscando organizar o inventário para pleitear reconhecimento como quilombo urbano.

ENTREVISTA 2 – TÉCNICA – SEMED

Conversamos nos corredores da SEMED e depois trocamos alguma mensagem pelo WhatsApp. Ela contou sobre a sua experiência recente de realizar matrículas em creches que estão sendo inauguradas na zona rural e ainda não tem equipe de gestoras e professoras definida.

A gente teve essa experiência agora na zona rural.

Essas creches que inauguraram agora na zona rural, nós que ficamos lá recebendo as famílias.

Todo mundo hoje é pardo.

Eu: Ninguém se declara nem preto nem branco?

[nega com a cabeça] é pardo. Eu fiquei im-pres-si-o-na-da!

Mas assim, tem umas bem negras, a gente até se confunde, pela falta de informação.

As pessoas perguntam, né? Eu? Eu sempre falo, a gente é a raça. Eu sempre me identifiquei com a raça negra. é a origem certo? Tem a pele clara, mas a origem ...

Eu: Mas nas pessoas, a pergunta é bem recebida?

É, quando você pergunta, responde imediatamente, imediatamente ao ouvir. Não tem dificuldade: “parda”

Acho que todos os formulários que preenchem por aí tem. Tem muito. Na escola, bolsa família, tem muitos.

É incrível, tá na ponta da língua: pardo!, tem uns que nem deixa a gente terminar de falar.

É que a gente. Faz essa conscientização, com as famílias.

Entendeu? Sim, a gente

Dia D da família, pra gente dialogar

[1’07”]

Em todas tiveram essa percepção do número muito alto de declarações como “pardo”.

ENTREVISTA 3 – FUNCIONÁRIO DO SETOR DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA – SEMED

Entrou na rede municipal como professor e atualmente trabalha na SEMED. Conversamos especificamente sobre como é feita a coleta do dado racial no município e sobre a que ele atribui a diminuição da não-declaração racial nos últimos anos.

O entrevistado contou que desde o ano passado (meados de agosto) a SEMED está trabalhando com um novo sistema, o GDUC. Nesse novo sistema, as famílias realizam a pré-matrícula diretamente online.

O novo sistema foi inicialmente alimentado por uma base de dados exportada do antigo sistema.

Especificamente sobre os dados de declaração racial, o entrevistado contou que em 2021 a SEMED fez uma “campanha de autodeclaração racial”. A campanha consistiu na circulação de um memorando que reforçava a necessidade de coleta do dado e tornava obrigatório o preenchimento de uma ficha contendo a declaração racial do/a estudante, a ser preenchida por pais/responsáveis (documentos em anexo). Assim, o sistema anterior já havia sido alimentado com essas informações.

Ele conta que nesse momento da ‘campanha’, as escolas foram recolhendo as fichas e alimentando o sistema e a SEMED permaneceu acompanhando e estabeleceu a meta de no máximo 5% de não-declaração. Considera que essa foi uma ação bastante bem-sucedida:

“[...] Mas teve escola que não atingiu, escola que atingiu 100%. Era uma espécie de orientação que gerasse isso na escola um constrangimento nos pais, né. Porque, assim, ninguém é obrigado a se autodeclarar. Apesar da gente entender a importância e incentivar. [...] Então foi graças a essa mobilização que a gente tem um indicador bacana hoje em São Luís.”

O sistema atual, GDUC, possui campos de coleta da cor/raça do/as estudantes, do pai, da mãe e/ou responsável. As opções de preenchimento são: branco, pardo, preto, indígena, amarelo e não declarar.

O monitoramento desses dados acontece de maneira periódica:

“quando a gente nota que uma escola está com um índice muito baixo, a gente reenvia o memorando e a ficha de autodeclaração. [...] Dificilmente uma escola foge desse padrão. Porque as pessoas, eu tenho essa percepção de que as pessoas têm uma maior predisposição para se autodeclarar. Quando a gente faz atendimento presencial, a gente dá essa opção para pessoas, que é o formulário online, mas a gente também tem locais

de atendimento presencial, que é chegar um pai que quer fazer matrícula, já faz o preenchimento junto com ele”.

[percepção sobre a coleta do dado 04'12”]

“Declarações. É uma ação educativa, né? é um tema que envolve muito a conscientização das famílias. ... nada pode obrigar a declarar, o próprio IBGE trata como uma opção não declarar. Mas a gente quer que se autodeclarem. Tem as campanhas, têm os movimentos que a professora X deve estar mais ciente sobre isso.”

Sobre os dados do Censo Escolar

Então a gente fez essa campanha e migrou os dados pro censo, porque, assim, todos os anos a gente alimenta o Censo, mas ele já tem uma base estabelecida. O estudante que entrou no primeiro ano e hoje está no 9º ano, esse cadastro dele vai sendo atualizado, nem todo ano a gente precisa revisar.

A gente acompanha, tá adequado? Tá refletindo a realidade, né? Mas geralmente as entradas aqui vão ter que ter um melhor cuidado, melhor atenção, porque o sistema é autodeclaração. Formulário quando o pai vai buscar a matrícula. Se o pai chegar na escola e não tiver preenchido, pode fazer na escola, se não tiver. Quando tem um elevado número de não-declarados, a gente solicita aquela escola [...] se esse indicador aqui estiver muito alto. A gente pede a escola e pede a fichinha e entrega a autodeclaração.

ENTREVISTA 4 – UNIDADE DE ENSINO BÁSICO PAULO FREIRE

A Unidade Ensino Básico (UEB) Paulo Freire está localizada no bairro da Liberdade, que foi reconhecido como território urbano desde 2019. Um dado interessante compartilhado pela entrevistada é que, em 2024, a escola foi oficialmente incluída nos sistemas de gestão municipal e federal como uma escola quilombola.

Em relação à coleta de dados sobre a declaração racial, a entrevistada explicou que, inicialmente, o preenchimento era realizado diretamente no sistema do Censo Escolar. Contudo, a partir de 2021, a inclusão dessa informação passou a ser de fato uma obrigatoriedade, a fim de compor o "dossiê da matrícula da criança".

Esse "dossiê" consiste em uma pasta que reúne diversos documentos relacionados à criança, incluindo duas fichas obrigatórias: uma de declaração racial (anexa) e outra referente ao direito de uso de imagem.

Conforme explicou:

“nós damos a declaração e a mãe preenche ela mais é uma ficha de papel. Vou te mostrar. [...] Essa ficha eles preenchem sem intervenção nossa. A não ser que tenham alguma dificuldade de leitura, aí quem estiver na secretaria marca. Mas nós entregamos para ele. Até aqui, presencial. [...] toda criança, tem que preencher, e anexamos ao dossiê”.

“E aí é quando acontece da mãe marcar, por exemplo, que a criança é branca. E a criança é negra. A gente só tem um cuidado, de perguntar: ‘é, a senhora confirma? Realmente ela não é... tudo bem’.

E vocês têm visto muitas situações assim?

Não. Assim, acontece. Agora a gente percebe que já acontece, óbvio, mas não tanto, né? [...] A criança às vezes é parda e aí eles botam branco. Eles tinham uma certa dificuldade de colocar preto.”

Segundo a percepção da entrevistada, acontecia mais, porém desde 2021 a escola desenvolve um projeto educacional que “não é só novembro” e que tem como objetivo “Conhecer a história e cultura do quilombo urbano, valorizando suas tradições culturais e religiosas”.

“Como forma de intervenção pedagógica que garante o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas e afro-brasileira, como via de combater o racismo e a discriminação, a equipe pedagógica da UEB Paulo Freire propôs o projeto: “Liberdade: histórias para brincar, aprender e encantar”. (trecho da apresentação do projeto da escola)

Ao longo da entrevista, a gestora ressaltou que desde que assumiu nessa escola começou a perceber como a escola funcionava de maneira apartada do bairro e que as crianças não conheciam o próprio território de seu entorno e que ela mesmo passou a se circular mais na região, começou a conhecer e utilizar o comércio e serviços locais e passou a ser reconhecida nas ruas como “a gestora da escola”. Isso contribuiu para o envolvimento das famílias nas atividades da escola e, segundo a sua percepção, teve um efeito para as dinâmicas de reconhecimento e pertencimento étnico-racial das crianças.

A gestora destacou que ao longo desse processo, inicialmente não contou com suporte da SEMED, nem recebeu material de suporte pedagógico específicos, mas considera que não é preciso “esperar que a SEMED faça”, é preciso ter iniciativa. Outro ponto destacado como facilitador para o desenvolvimento das atividades foi a presença do projeto Primeira Infância Antirracista (PIA) da UNICEF.

Como desafios a entrevista menciona “a falta de imparcialidade da equipe quanto às suas ideologias” e uma certa resistência das famílias evangélicas.

Sobre a relação entre esses desafios e a construção do pertencimento e reconhecimento racial esboça:

“Então assim, existe essa resistência, esse desafio. Mas a gente entende que é necessário. [...] E isso é também a questão do reconhecimento das que nós viemos de religião, de uma coisa africana, do todo aspecto cultural do resgate lá da África. Dos quilombos, eles não têm esse conhecimento, assim, entendimento”.

Especificamente sobre a coleta do dado racial a partir do novo sistema implementado pela SEMED (GDUC), em que as famílias devem fazer a pré-matrícula diretamente online pelo sistema, contou que muitas famílias estão tendo dificuldade de preencher. Algumas porque não tem acesso à internet, outras porque se confundem ao tentar acessar o sistema.

Um ponto interessante é que ela avalia que isso tem aumentado a demanda por *lan houses* no bairro. Custa 10 reais para fazer a pré-matrícula na *lan house*.

Um dos destaques da entrevista foi a importância do desenvolvimento de práticas que considerem o território e a comunidade mais ampla no qual a escola está inserida. Na escola em questão essa dinâmica se evidencia por conta de as atividades preconizadas pelas gestoras serem coincidentes com o processo de reconhecimento do bairro enquanto quilombo urbano e o que isso causou(causa) em termos de mobilização de aspectos e práticas culturais populares e renovação das discussões sobre identidade e pertencimento racial na região de maneira mais ampla.

ENTREVISTA 5 – UNIDADE DE ENSINO BÁSICO PASTOR ESTEVAN

A entrevistada, recentemente aposentada, iniciou sua carreira na rede municipal de educação em 1997. Atuou na UEB Pastor Estevam entre 2003 e 2020, totalizando 17 anos de trabalho. Essa escola foi frequentemente mencionada ao longo da pesquisa de campo, especialmente por ter recebido, em 2006, uma premiação do projeto **A Cor da Cultura** (Prêmio Professores do Brasil), além de ter sido agraciada duas vezes com o prêmio do CEERT, entre 2004 e 2010.

Inaugurada em 2003, a escola não iniciou suas atividades como UEB, mas como um centro de referência para a educação infantil, com o objetivo de oferecer atendimento integral à faixa etária de 0 a 6 anos.

A entrevistada relatou que, desde as primeiras iniciativas decorrentes da promulgação da Lei 10.639/2003, demonstrou interesse no desenvolvimento de atividades relacionadas à temática da educação étnico-racial. Em seu relato, destacou a relevância do projeto **A Cor da Cultura**, enfatizando como esses projetos funcionavam e quais tipos de atividades eram realizadas nas escolas.

A entrevistada também enfatizou a importância da ação coordenada e colaborativa entre a gestão, a coordenação pedagógica e os docentes, reconhecendo essa colaboração como fundamental para o sucesso das iniciativas. Além disso, ressaltou a necessidade de um envolvimento mais amplo das famílias e da comunidade local nas atividades da escola, como um fator essencial para fortalecer o vínculo da escola com o território.

Por fim, destacou a significância dos prêmios recebidos, não apenas como reconhecimento do trabalho realizado, mas como uma forma de evidenciar que era possível implementar práticas antirracistas, especialmente em um período em que o debate sobre racismo enfrentava considerável resistência.

“No prêmio é professores do Brasil, gente. E aí para nós não era surpresa, porque era uma prática diferenciada, né? Mas imagina em todo o Brasil, a nossa escola ganhou o prêmio, né? Então foi assim, pra quem não acreditava, passou a acreditar que é possível trabalhar diferenciado, né? Nós tivemos apoio da SEMED, tivemos apoio da comunidade”

Imagina você ser referência, é um trabalho e isso irá ajudar as pessoas a se reconhecerem. Os próprios professores, não é? E as crianças mesmo. Naquela época, os livros eram poucos, assim, de literatura infantil, Menina bonita do laço de fita, a gente fazia cópias porque também era pouco. E aí a gente pediu também a ajuda financeira da SEMED inicialmente, tá, e aí a gente teve um recurso e comprávamos livros, né? É CDs a gente usava. E o próprio material da Cor da cultura era um projeto. Mas não tinha nenhum programa ou projeto específico, local.

Porque, você sabe, às vezes se lança a ideia, mas nem todo mundo vivencia. Porque existe também o desafio do estudo, né? Você se organizar, bom, aí é outra coisa. Aí foi a primeira experiência, né? 2004 a partir daí. A gente começou essa abordagem, a gente nunca mais deixou, porque é uma abordagem que não é só no 20 de novembro, a discussão ela deve permear. Quando questionada sobre suas lembranças em relação às dinâmicas de declaração racial e coleta de dados ao longo de sua experiência, a entrevistada relatou que, inicialmente, a cor/raça das crianças era registrada no documento de nascimento e, a partir desse registro, a informação era coletada. No entanto, ela também se recorda de uma formação realizada na escola, em que foi amplamente discutida a importância da autodeclaração racial. Como ela destacou, "o que define não é a cor da pele, né? [...] são nossas raízes, são seus traços!"

Quando questionada sobre suas lembranças em relação às dinâmicas de declaração racial e coleta de dados ao longo de sua experiência, a entrevistada relatou que, inicialmente, a cor/raça das crianças era registrada no documento de nascimento e, a partir desse registro, a informação era coletada. No entanto, ela também se recorda de uma formação realizada na escola, em que foi amplamente discutida a importância da **autodeclaração racial**. Como ela destacou, "o que define não é a cor da pele, né? [...] são nossas raízes, são seus traços!"

A entrevistada mencionou que, embora já existisse um campo na ficha de matrícula para o preenchimento da cor/raça, essa informação era preenchida com base no registro de nascimento, sem questionar a autodeclaração dos responsáveis. Ela acredita que essa prática mudou por volta de 2007, possivelmente devido a modificações no Censo Escolar, já que lembra de diversas formações sobre o tema, uma vez que "sempre mudava alguma coisa".

ENTREVISTA 6 – UNIDADE DE ENSINO BÁSICO MARIO ANDREAZZA

A entrevistada tem 35 anos de experiência na escola e observa que muitas das crianças atendidas atualmente são egressas da UEB Paulo Freire, localizada a poucas quadras de distância, no mesmo bairro. A conversa focou nas mudanças percebidas ao longo dos anos, especialmente no que tange à discussão sobre relações étnico-raciais e à forma como a coleta de dados raciais é realizada na escola. Durante o encontro, que ocorreu no expediente e na sala das professoras, outras profissionais da escola, incluindo membros da equipe de secretariado e da coordenação pedagógica, também participaram das discussões.

A entrevistada destacou ainda o impacto do reconhecimento do bairro como quilombo urbano, ocorrido em 2019, nas discussões e percepções sobre raça e identidade racial. Segundo ela, esse reconhecimento contribuiu significativamente para a melhoria da "aceitação" das questões raciais na comunidade. Mais de uma vez, mencionou como, atualmente, as crianças e jovens se orgulham de exibir seus cabelos naturais, um reflexo da mudança nas percepções e da valorização da identidade negra.

Ela recorda que as primeiras discussões sobre a declaração racial dos estudantes começaram por volta de 2006, com a implementação do projeto A Cor da Cultura. No entanto, foi durante a pandemia que a questão da obrigatoriedade da coleta de dados raciais se tornou mais enfática, em resposta a uma demanda da Secretaria Municipal de Educação. A partir desse momento, a equipe escolar passou a percorrer as salas de aula, perguntando aos alunos como eles se consideravam racialmente e registrando suas respostas.

Menciona que às vezes “a gente vê que a criança é preta, mas a mãe diz branca, né?”. Mas ao mesmo tempo considera que:

“melhorou a conscientização e a sensibilização. Vestuário, o cabelo, a aceitação do cabelo, ser crespo, cacheado, os penteados. É, que ficou tudo bem? Não. Também é relativo assim. Tem implicância. Hoje de manhã mesmo teve uma confusão por causa de cor, de que o menino disse pro outro, xingando: teu pai é preto! Uma confusão, aí tem que se meter no meio, né?

Mas eu acho que enquanto a gente for gente, vai ter divergência. Vai ter complicação por causa de sexo, por causa da aceitação da sexualidade, por causa dessa questão da pele, da cor do cabelo”.

Quando questionada sobre os fatores que, na sua opinião, contribuíram para a melhoria da discussão sobre questões raciais, a entrevistada apontou a crescente presença de representações positivas da negritude na mídia, a promulgação da Lei 10.639/2003, que obriga a sensibilização sobre a temá-

tica nas salas de aula, e o impacto do reconhecimento do bairro como quilombo urbano nas discussões dentro da comunidade. Ela mencionou que, quando o tema foi introduzido com o projeto **A Cor da Cultura**, a abordagem "chocava", mas que, atualmente, a situação é diferente.

Ao ser questionada sobre se a escola estava registrada como uma escola quilombola, a princípio, a entrevistada respondeu que não, esclarecendo que a escola estava localizada em um bairro quilombola, mas não tinha esse status formal. No entanto, ela se lembrou que, em 2024, pela primeira vez, a escola foi cadastrada como uma escola quilombola no **Censo Escolar**.

Perguntei se essa mudança implicaria ou já teria implicado em alterações no conteúdo pedagógico da escola, e ela afirmou que não. "Até hoje, não percebi nenhuma alteração significativa no nosso currículo", comentou.

A entrevistada também mencionou que, no bairro, ainda existem resistências à identificação do território como quilombola. Ela mesma tentou trazer um especialista para explicar as vantagens e os recursos que podem ser acessados por comunidades quilombolas, como, por exemplo, benefícios na conta de luz.

Sobre a coleta de dados raciais na escola, explicou que agora os pais recebem um login e uma senha para realizar o primeiro acesso ao sistema e efetuar a pré-matrícula, com a distribuição das vagas sendo centralizada pela SEMED. Este é o primeiro ano de implementação do sistema, e muitos responsáveis têm enfrentado dificuldades, recorrendo à escola para obter ajuda ou pagando em lan houses para realizar o procedimento.

CAMPO 7 – OBSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO DA SEMED – OFICINA PIA – UNICEF

No dia 28/11/2024 aconteceu o Seminário Práticas Promotoras de Equidade Racial na Educação Infantil, promovido pela SEMED, visando a participação de gestoras e professoras da rede municipal. O evento esteve organizado em torno de palestras, apresentação de atividades já desenvolvidas por algumas escolas e a realização de oficinas temáticas: jogos e brincadeiras africanas, curiosidades africanas, contos e encantos africanos, Abayomi e Primeira Infância Antirracista (PIA).

Acompanhamos a oficina PIA e a dinâmica criada é interessante para discussão da presente investigação. A consultora da Unicef responsável pela condução dos trabalhos pediu que todas as pessoas presentes se apresentassem dizendo o nome, a autodeclaração racial e qual o seu entendimento sobre antirracismo.

Éramos cerca de 30 pessoas e a dinâmica de apresentação tomou quase todo o tempo da atividade. Na percepção da pesquisadora, formou-se uma maioria negra somada a apenas 10 pessoas brancas. No entanto, durante a dinâmica de apresentação, metade dessas pessoas que ela havia lido como brancas, se identificaram como pardas.

Algumas falas foram interessantes por expressarem dúvidas a respeito da sua identidade racial, por ansiarem encontrar a “melhor” maneira de se identificar ou por fazerem questão de anunciar o orgulho de sua identidade.

- *“Agora eu não sei. Não sei se me declaro parda ou indígena. Pois a família do meu pai é de origem indígena”;*
- *“a gente dizia que era preto ou pardo, mas agora ficou provado cientificamente que lá no meu território a gente é quilombola. Então eu sou quilombola”;*
- *“Eu não tenho medo e nem vergonha de dizer: eu sou preto!”;*
- *“apesar de ter a pele clara, minha origem tem mistura de negros e indígenas, então eu me declaro parda”.*
- *Uma gestora de escola situada em zona rural (Itapera) e próxima a um território quilombola, compartilhou uma experiência em sua escola. Contou que no momento da matrícula, muitos familiares declararam as suas crianças como brancas ou pardas, enquanto ela os percebia negros ou pretos. Disse então que uma oficina foi realizada para compartilhar o que era um território quilombola, quais os direitos que estão envolvidos no reconhecimento do território quilombola e que aí “teve até gente que pediu pra trocar [a declaração] na ficha”.*

ENTREVISTA 8 – UNIDADE DE ENSINO BÁSICO DILSON RAMOS BESSA

A conversa foi realizada em uma escola da educação infantil localizada na zona rural de São Luís, onde a entrevistada atua. Durante a manhã ela trabalha em outra escola como professora, também situada na zona rural, porém em uma ilha e de acesso um pouco mais difícil (UEB Beija-flor). A entrevistada atua na rede há 20 anos, em escolas em diferentes áreas da região metropolitana de São Luís.

A entrevistada abordou suas percepções e suas experiências sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais e sobre classificação racial.

Na escola atual está há apenas 1 ano e considera que as atividades ainda estão muito limitadas a datas comemorativas e ações quase estereotipadas.

A respeito das formações e seminário eventualmente promovidos pela SEMED, considera que são interessantes, mas dificilmente acontecem ações mais efetivas, pois fica a critério de cada escola.

“Cada escola acaba trabalhando de um jeito, sabe? Não tem um trabalho muito da rede. Cada escola tem seu contexto, né? Mas não pode ser assim [...] A gente precisa de mais ações. Teve um seminário agora. É muito bonito, se fala muito, fala muito de teoria, mas quando chegar na escola não tem assim, sabe? Um trabalho criativo mesmo. Acaba tudo aqui, mas é uma coisa que acaba não atingindo”

A entrevistada mencionou também a sobrecarga de trabalho das professoras, as formações acontecem no contraturno e muitas acabam não comparecendo porque acham que “é tudo igual”, “mais do mesmo”.

Ao conversarmos sobre declaração racial e se percebe mudanças nesses 20 anos que está na rede, ela disse que percebe mudanças, mas que sobre algumas coisas ainda está aprendendo. Para falar dessas mudanças e de como considera que o assunto precisa de atenção e às vezes gera dúvidas, usou um exemplo da sua família e de si mesma:

Eu tenho uma filha que tem um cabelo liso, que o meu ex-marido mistura de negro com índio, né? Aí eu tenho cabelo cacheado. Aí minha neta mais velha. Ela tinha muita raiva. Ela tem um cabelo cacheado e foi uma dificuldade, ela dizia que queria o cabelo igual ao da mãe. E ela sofreu na escola. [...] Mas é bonito, né? [...] ela tem 13 anos e agora ela gosta do cabelo.”

Por algum lugar tem que ter essa discussão, para que as pessoas se entendam, se reconheçam. Outro dia chegou uma criança de 5 anos aqui, que a mãe disse que ela é morena. [...] e eu participei de uma formação da UNICEF, e tem essa coisa do retinto, né, ela tem o cabelo liso mas tem a pele, porque

tem várias tonalidades de pele, né? Por exemplo, eu. Na minha certidão de nascimento tinha “parda clara”, eu tenho 54 anos. Aí eu me lembro que eu estava numa escola lá na Estiva e estavam perguntando negócio da cor eu disse que tá lá “parda clara”. Aí a gestora falou: “se tu for parda clara, eu sou tição. Tu é branca!” [risos]. “

A entrevistada relatou que, no passado, a matrícula escolar era feita de forma presencial, com uma ficha de papel, e a declaração sobre a cor/raça era tratada de maneira mecânica. Em sua experiência, ela observou que, para a maioria das pessoas, é difícil declarar que são pretas. Muitas vezes, elas se identificam como morenas, pardas ou brancas. A entrevistada mencionou que, por vezes, há uma negação da identidade racial, especialmente por parte das crianças, que acabam seguindo a orientação da família, como no caso que ela relatou, em que a mãe afirmava que a filha era "morena".

Ela explicou que é comum essa dificuldade de declarar as crianças como "negras" ou "pretas", caracterizando isso como uma forma de negação. No entanto, ela também ressaltou que, ao mesmo tempo, há um número crescente de pessoas se conscientizando sobre a importância do (auto)reconhecimento racial.

Em relação ao processo de matrícula na escola em que trabalha atualmente, a gestora mencionou que está recebendo muitas demandas dos responsáveis que enfrentam dificuldades para lidar com o novo sistema. Ela também compartilhou sua experiência em anos anteriores, quando, devido à falta de pessoal de secretariado, observou outras gestoras contratando pessoas externas para preencher as informações no Censo Escolar.

Para ilustrar a relação entre território, (auto)reconhecimento e afirmação racial, a entrevistada citou exemplos de sua experiência em diferentes contextos: o quilombo da Liberdade, a comunidade da escola onde trabalha na Ilha de Tauá Mirim, e a experiência em uma comunidade ribeirinha no Amazonas. Ela acredita que, quando as crianças têm uma forte relação de pertencimento com o território, elas apresentam maior facilidade para se reconhecer e construir suas identidades raciais.



Considerações Finais

A presente pesquisa evidenciou a importância de articular dados quantitativos e qualitativos para compreender a não declaração racial no âmbito da educação brasileira. De um lado, as estatísticas oriundas do Censo Escolar e de outros levantamentos do Inep permitem delinear onde e como se concentram os maiores índices de subnotificação, sinalizando possíveis gargalos estruturais – sejam eles de natureza técnica (falta de padronização nos formulários, ausência de campanhas e orientações claras) ou administrativa (gestão de matrículas e prazos de preenchimento). De outro, a abordagem qualitativa, exemplificada pelo estudo de campo em São Luís do Maranhão, revelou os contextos relacionais em que a questão racial é inserida, destacando dinâmicas de constrangimento, dúvidas conceituais e até resistências veladas de famílias e profissionais ao abordar a categoria cor/raça.

Nesse sentido, cabe ressaltar quatro aspectos centrais:

1. Formação e Sensibilização: Não basta inserir o quesito racial em sistemas informatizados ou fichas de matrícula; é fundamental que as equipes escolares compreendam seu propósito e sejam capacitadas para lidar com as sutilezas e tensões que emergem durante o preenchimento.

2. Autodeclaração e Reconhecimento: Embora as famílias e estudantes sejam os principais agentes da autodeclaração, a pesquisa demonstrou que as concepções de professores e gestores ainda influenciam – direta ou indiretamente – como a cor/raça é registrada. Por isso, investir em debates formativos dentro das escolas contribui para reduzir subnotificações e assegurar classificações mais consistentes.

3. Desigualdades Regionais: A escolha de São Luís do Maranhão evidenciou que regiões com menor tradição de pesquisa e menor presença de ações específicas de equidade racial podem apresentar lacunas mais críticas nos dados. Investir em estudos locais e parcerias institucionais, como a promovida pelo Afro-Cebrap, mostra-se imprescindível para ampliar a participação de atores regionais na formulação de políticas públicas.

4. Políticas de Cobertura e Qualidade: Reduzir o índice de não declaração racial implica, por fim, aprimorar sistemas e instrumentos (com perguntas claras e campanhas de conscientização) sem negligenciar a dimensão qualitativa, ou seja, o envolvimento efetivo de toda a comunidade escolar. Somente assim é possível alinhar os números apurados em larga escala aos significados que docentes, estudantes e famílias atribuem aos rótulos raciais no dia a dia escolar.

Em síntese, as evidências aqui apresentadas indicam que a tarefa de melhorar a cobertura e a qualidade dos dados de cor/raça na educação envolve tanto investimentos técnicos quanto mudanças culturais e pedagógicas. Esse duplo caminho – o da padronização dos instrumentos e o da valorização do debate racial na prática cotidiana das escolas – pode contribuir, de forma decisiva, para a elaboração de ações antirracistas e para a garantia de uma educação que promova, de fato, a igualdade de oportunidades para todos os grupos raciais.

Referências

ANSELIN, L. *Spatial econometrics: Methods and models*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1988.

CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V.; MEDEIROS, J. S. Representações computacionais do espaço: fundamentos epistemológicos da ciência da geoinformação. *Geografia*, Rio Claro, v. 28, n. 1, p. 83-96, 2003.

CÂMARA, G. et al. Análise espacial de áreas. In: DRUCK, S. et al. (Ed.). *Análise espacial de dados geográficos*. Brasília: Embrapa, 2004.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. *Nível socioeconômico das escolas brasileiras (banco de dados - versão 10 de janeiro de 2023)*. Núcleo de Pesquisas em Desigualdades Escolares (Nupede); Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diagnóstico da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq)*. (Banco de dados). Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/DiagnosticodaEquidadeBasedeDados.xlsx>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TOBLER, W. Cellular geography. In: GALE, S.; O. G. (Ed.). *Philosophy in geography*. Dordrecht: Reidel, 1979. p. 379-386 apud CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V.; MEDEIROS, J. S. Representações computacionais do espaço: fundamentos epistemológicos da ciência da geoinformação. *Geografia*, Rio Claro, v. 28, n. 1, p. 83-96, 2003.

ZHU, B.; FU, Y.; LIU, J. et al. Detecting the priority areas for health workforce allocation with LISA functions: an empirical analysis for China. *BMC Health Services Research*, v. 18, p. 957, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12913-018-3737-y>.



AFRO 



AFRO 

Núcleo de Pesquisa
e Formação em Raça,
Gênero e Justiça Racial